

TRADUÇÃO: A *RETÓRICA NOVA* (1301) DE RAMON LLULL (1232-1316)

Translation: *The New Rhetoric* (1301) by Ramon Llull (1232-1316)

Prof. Dr. Ricardo da Costa (UFES/IVITRA)¹
Pós-Doutorado em Filosofia Medieval na Universitat Internacional de Catalunya e em
Literatura Medieval na Universitat d'Alacant
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1817-9091>
E-mail: ricardocosta1962.rdc@gmail.com

Recebido em: 18/05/2020
Aprovado em: 03/08/2020

Setembro de 1301. Ramon Llull (1232-1316) se encontrava na ilha de Chipre, hospedado no mosteiro de São João Crisóstomo de Bufavento. Com quase setenta anos, seu fervor apologético não diminuiria. Sua viagem à Ásia Menor fora estimulada pela crença de cristianizar os mongóis, como ele nos conta em sua autobiografia intitulada *Vida coetânia* (VIII, § 31-35).

Em Chipre, em um momento de descanso naquele mosteiro, Llull compôs sua *Retórica Nova*, um projeto de ordenação e ornamentação das palavras há muito desejado. Como em todas as suas obras, a base estrutural do texto encontra-se em sua *Arte* – sistema lógico-metafísico “ilustrado por Deus” aplicável a qualquer problema específico. Tratava-se, segundo Llull, de uma ferramenta para investigar a verdade das criaturas, com o objetivo de converter os infiéis ao catolicismo. Para isso, a *Arte* luliana tomava como ponto de partida as dignidades de Deus aceitas pelas três religiões monoteístas (*Bondade, Grandeza, Eternidade, Poder, Sabedoria, Vontade, Virtude, Verdade e Glória*).

Embora a dupla “antiga/nova” já fosse utilizada pelos autores da época – como, por exemplo, a *Poetria nova* (1200), do gramático Geoffroy de Vensauf (f. 1200) – o adjetivo “nova” no título da obra de Llull se referia à sua vontade de renovar as bases da *Retórica* com sua *Arte*. Sua *Retórica Nova* foi redigida para a pregação, como um breve tratado homilético para ensinar técnicas retóricas a pregadores – como Santo Agostinho (354-430) que, no último livro de sua *Doutrina cristã* (397-426), defendeu que a *Retórica* deveria estar a serviço da pregação da palavra de Deus, já que a finalidade da eloquência é a verdade.

A *Retórica Nova* está dividida em quatro partes: *Ordem, Beleza, Ciência e Caridade*. A *Ordem* confere virtude e eficácia às palavras. Como reflexo da Santíssima Trindade, a *Ordem* tem uma tríade que a configura: *forma, matéria e fim*. Ela existe para que se estabeleça entre o orador e seus ouvintes a paz e a amizade que nascem das palavras ordenadas e belas, pois “falar bem deve ser o princípio da amizade”.

A *Beleza* é a própria matéria da *Retórica*. Com ela, todos podem ornar e decorar suas palavras com *harmonia*, isto é, com uma adequada *congruência*.

Com a *Ciência*, os homens podem discernir as palavras ordenadas e belas das desordenadas e torpes (e ao utilizar o adjetivo *torpe* – o que é desonesto, infame, abjeto, repugnante, obscuro – Ramon logo chama a atenção para a *face moral da Retórica*, exatamente como faz Aristóteles em sua obra *Retórica*). Por fim, a quarta parte, da *Caridade*, novidade luliana no tratamento da *Retórica* em relação à tradição clássica. *Virtude das virtudes*, a *caridade* articula todas as outras: sem ela, *nenhuma palavra pode ser bela*.

Nossa tradução

Baseamos nossa tradução na bela e eruditíssima edição bilíngue (latim/catalão) da *Obrador Edèndum*, a cargo de Josep Batalla, Lluís Cabré i Marcel Ortín.² Aproveitamos suas eruditas notas de rodapé, e acrescentamos outras. Trata-se da primeira tradução dessa importante fonte medieval sobre a *Retórica* – uma das sete artes liberais que faziam parte do currículo educacional clássico e medieval – para a língua portuguesa.

Retórica Nova (1301)

Ramon Llull (1232-1316)

Trad.: Ricardo da Costa³

Prólogo

Deus, em Vossa virtude começa a *Retórica Nova*.

1. Como a palavra é o meio e o instrumento através do qual os loquazes e os ouvintes convêm em um único fim, conseqüentemente, quanto mais bem ordenadas e ornadas elas forem, mais plenas serão de beleza⁴; e quanto mais belas forem, mais prazerosas se tornarão aos ouvintes. Além disso, quanto mais prazerosas forem as palavras, mais necessário será que, graças a elas, unanimemente os loquazes e os ouvintes se unam em um fim. E como a *arte retórica* se ordena a este propósito, seu objeto será, portanto, a palavra ordenada, ornada e bela.

Há tempos desejávamos transmitir um ensinamento sobre a maneira de ordenar e ornar as palavras, e como compor sermões conforme a *Arte geral*, mas iniludíveis obrigações nos impediram⁵, sobretudo o fato de os loquazes exigirem um tratamento extenso, já que versam sobre diversos temas. Por isso, redigimos este livro em forma de compêndio, para trilhar um caminho fácil e útil para compor e redigir sermões que, belos e naturais, versem sobre múltiplas e diversas matérias, sempre respeitando o desenvolvimento e a ordem devida.

Da Divisão deste Livro

2. Para que a doutrina desse livro seja clara aos leitores, o dividimos em partes, e evidenciamos sua ordem para facilitar sua investigação. Assim, ele é formado por quatro partes: *ordem*, *beleza*, *ciência* e *caridade*.

3. A *ordem* é especialmente uma parte dessa ciência, já que com ela são transmitidos aos que advogam por uma causa a doutrina que ensina a observar a ordem devida em qualquer tipo de sermão, os usos da palavra, para assim evitar a desordem. O objetivo é que, entre loquazes e ouvintes, se estabeleça aquela paz e amizade mútuas que nascem das palavras ordenadas e belas, tal como testemunha Sêneca, quando diz que “falar bem deve ser o princípio da amizade”.⁶

4. De modo semelhante, se diz que a *beleza* é uma parte da matéria dessa arte, porque consideram que ela é matéria da própria *Retórica*. A *beleza* deve permitir a transmissão de uma doutrina por meio da qual todos possam ornar e decorar⁷ suas palavras com uma adequada congruência.⁸

5. A *ciência* é também uma parte de nossa *Retórica*, pois transmite a doutrina que sugerimos aos leitores, supondo que a dominem e dela se sirvam para buscar o esplendor e o ornamento das palavras, além de como descobrir as palavras ornadas e belas. Dessa maneira, poderão discernir as palavras ordenadas e belas das desordenadas e torpes, e utilizar as belas e evitar as torpes.⁹

6. A *caridade* é a quarta parte dessa arte, porque é dela que retiramos a doutrina, com ou sem palavras, pois as palavras surgidas da *caridade* refulgem esplendorosamente belas, de modo que, em última instância, sem a *caridade* elas não podem ser belas.

Da Primeira Parte desse Livro, que trata da *Ordem*

7. A *ordem* que se observa nas palavras é o que confere virtude e eficácia, tanto no loquaz quanto no ouvinte.

8. Esta ordem das palavras contém uma tríade que a configura: a *forma*, a *matéria* e o *fim*.¹⁰ Todas as três têm um duplo significado.

I. A *Forma* das palavras

9. A forma das palavras é dupla. A palavra tem uma *forma essencial e própria* que vem de si, e outra forma que lhe vem da adjunção de outra palavra: esta forma lhe é *acidental*.

Podemos dar um exemplo. A palavra “rainha” tem, por si mesma, uma grande beleza e uma grande ornamentação, que são sua *forma essencial*.¹¹ Mas há outra *forma acidental*, que surge quando acrescentamos uma palavra que signifique bondade. A bondade orna com mais graça e esplendor o que a palavra “rainha” significa, como quando dizemos “A rainha tem uma grande bondade”, ou “A rainha é boa”.

A razão pela qual dizemos isso é óbvia, já que a beleza significada pela palavra “rainha” concorda maximamente com a bondade. E a bondade, que é a *forma acidental*, decora e embeleza a beleza da rainha, que é *forma essencial*. Isso se manifesta sensivelmente em seu contrário, pois quando alguém diz: “A rainha que tem uma grande beleza tem uma grande malícia”, vemos claramente que a malícia leva, aniquila e deturpa a *forma essencial primária*.

Aqui devemos expor a doutrina que permite discernir as duas formas das palavras, para que elas realcem o esplendor da própria *forma essencial* pela beleza da *forma acidental*, e possam evitar fazer o contrário, isto é, aniquilá-la. Assim, não fala retoricamente quem diz “A rainha tem uma grande beleza e uma grande malícia”, ou “Tem uma grande bondade e uma grande estultícia”. Dever-se-á emitir um juízo similar em tudo o que seja semelhante a isso.

II. A *Matéria* das palavras

10. Assim como há uma dupla forma nas palavras, também há uma dupla matéria.

Uma, *essencial e própria*, é aquela que indica as dicções ou vocábulos, como “rainha”, “grandeza”, e “beleza”, já que as dicções e os vocábulos são a *matéria* e o *substrato* da *forma das palavras*.¹² Designam esta forma quando dizem “A rainha tem uma grande beleza”. Estes vocábulos são a própria matéria da forma nas palavras, tal como as travas da quina do barco são a matéria da forma do barco.

Contudo, há outra *matéria accidental* nas palavras que mostra vocábulos como “rainha”, “grandeza”, “bondade”. Estes vocábulos são *matéria accidental* da seguinte forma: “A rainha tem uma grande bondade”. Assim como a forma “A rainha tem uma grande beleza” colore e embeleza a forma “A rainha tem uma grande beleza”, concluímos o que dissemos acima: também os vocábulos “rainha” e “beleza” são a matéria própria e primeira em relação às dicções “rainha” e “bondade”; que são sua *matéria accidental*, se ambas as matérias se referem à forma citada, a que propriamente lhe convém.

III. A *Finalidade* das palavras

11. Similarmente, a finalidade das palavras é dupla: uma é explicar, a outra, aquilo que o falante pretende com o que fala.

A primeira finalidade das palavras surge quando se explica ou se exprime algo, como quando alguém diz: “A rainha que tem uma grande beleza, tem uma grande bondade”.

A segunda finalidade das palavras é aquilo que quem fala tenta alcançar com o que diz, aquilo pelo qual ele pronuncia as palavras que diz. Esta finalidade é o complemento da locução e a perfeição das palavras, tal como seguinte exemplo: imaginemos que uma donzela diz a uma rainha “Senhora, vós tendes uma grande beleza e uma grande bondade”, com a intenção que a senhora lhe proporcione um marido, pois esta era a finalidade pela qual a donzela se dirigia à senhora.

12. Estas três coisas – a *forma*, a *matéria* e o *fim* – fazem a ordenação das palavras. De tal maneira a ordem das palavras depende disso, que, sem as três, as palavras não podem ser devidamente ordenadas. Com isso em conta é que, na segunda e na terceira parte deste opúsculo, propomos investigar a ordem das palavras e as palavras ordenadas.

IV. A *Ordenação* das palavras

13. Há outro modo de ordenar as palavras e que atende o princípio que estabelece naturalmente quais palavras devem ser colocadas no início, quais no meio e quais no fim.¹³ Isso porque cada palavra não é indiferente à ordem que lhe corresponde em relação à outra.

Por exemplo: se alguém tivesse que falar de uma rainha e de uma escrava, deveria antepor a rainha à escrava, e dizer: “A rainha e a serva têm uma grande beleza”, e não “A serva e a rainha são ornadas por uma grande beleza”. É claro que o vocábulo “senhora”, ou “rainha”, é mais esplendoroso e nobre que “escrava”, pois o vocábulo “senhora” ou “rainha” significa dignidade e domínio.

Por outro lado, a palavra “escrava” indica servidão e sujeição. Portanto, antepomos o nome “rainha” ao nome “escrava”, pois aquilo que é mais digno deve ser anteposto àquilo que é indigno.

14. Esta ordem também deve ser respeitada nas petições, nas acusações, nas escusações e quando aconselhamos.¹⁴

15. Em primeiro lugar, devemos observar esta ordem nas petições, pois assim mais facilmente obteremos o que pedirmos. Deve fazer isso àquele que pede alguma coisa a alguém. Por exemplo, imaginemos que um cavaleiro pobre¹⁵ deseje pedir ao rei a concessão de um tributo a uma filha sua que esteja núbil para desfrutar um dote matrimonial.¹⁶ Quem deseje fazer essa petição deve começar louvando o rei e elogiando-o, e inserir exemplos de doações e de largueza para incitar a alma do rei a dar.

Por exemplo, lhe cairia muito bem narrar a resposta dada certa vez por Alexandre.¹⁷ Um militar régio, que durante muito tempo havia servido sob as ordens de Alexandre, pediu para ser provido com qualquer coisa que lhe permitisse viver honrosamente, porque seu corpo, por causa da idade, já não estava mais apto para a milícia. O rei Alexandre deu-lhe uma cidade, mas o militar disse que não merecia receber tanto. Contam que o rei respondeu ao militar que não considerava do que ele era digno, mas qual prodigalidade encarnava a munificência real.

O rei demonstrou assim que preferia retribuir conforme o modo e a natureza próprios da largueza, não segundo o modo da avareza e da pobreza, pois a pobreza do militar, do vassalo ou o serviço dispensado ao rei – e requerido pela dignidade real – exigiam que ele fosse recompensado com uma grande doação.

Em segundo lugar, uma vez dito o que é pertinente ao elogio da majestade real e de sua munificência e largueza, o suplicante deve apresentar a própria necessidade ou a da pessoa pela qual implora. Em nosso caso, a indignância e a fraqueza de sua filha mostram que ela não dispunha de nada para se casar, e demonstra como seria vergonhoso e desonroso se não pudesse encontrar um marido.

Em terceiro lugar, ditas todas estas coisas, deve-se acrescentar o que sua petição substancialmente pede, isto é, que o rei se digne a favorecer casamento de sua filha, adicionando, ainda, como conclusão, que este casamento contribuiria para enaltecer a honra da excelência real, e faria com que sua boa e louvável fama se estendesse aos seus súditos e vassalos, o que seria uma honra e um bem não desprezível para o próprio cavaleiro suplicante.

16. Os acusadores devem observar um modo semelhante na ordenação de suas palavras.

Quando alguém deseja acusar outra pessoa de alguma falta, após algumas palavras iniciais condenatórias da falta e do pecado, deve-se narrar a falta e, ao fim, acrescentá-la à posição que ocupa. Assim o fez, segundo dizem, certo cavaleiro que acusava seu senhor de tê-lo traído. O cavaleiro havia confiado sua mulher ao senhor, e este havia cometido adultério com ela. Em consequência, ao culpar seu senhor de traição, o mencionado cavaleiro iniciou sua narrativa com o que agravava o pecado de traição e o que fazia esta traição mais perniciososa entre os domésticos que confiavam em seus senhores.

Após dizer isso, ele deve acrescentar o modo como o senhor o traiu, isto é, como o senhor o desonrou com uma união adúltera com a senhora que lhe fora recomendada. Deve seguir previamente essa ordem bem traçada, prosseguir e, em forma de conclusão, expressar de modo veemente sua ira e indignação contra o senhor que, com tanta ingratitude, o tratou, e que, como se tornaram inimigos, ele poderia – e seria justo se o fizesse – recusar-lhe a obediência e a fidelidade que lhe devia como cavaleiro, já que o havia traído com um crime tão atroz.

17. Tampouco se deve separar o que é desculpável diante de alguém na ordenação das palavras. Primeiro, deve-se atentar como se podem harmonizar os elogios e os louvores diante daquele que se propõe perdoar. Em seguida, próximo da metade de suas palavras, deve denunciar o engano e a falta incorridos. Finalmente, deve apresentar uma

boa desculpa, e dizer que, daí em diante, por nada no mundo tornará a cometer o engano ou a falta da qual foi acusado.

18. Quem aconselha outro, quando lhe dá o conselho, deve decorar suas palavras da seguinte maneira: primeiro, deve narrar ordenadamente todas as coisas que deseja aconselhar, para assim fazer ver claramente por onde terá que começar e como pensa que poderá obter o fim desejado. Na proposta, deve ficar muito clara a ordem sugerida: o que deve colocar no princípio, o que no meio, e o que no fim, para decidir o que colocar no que pediu conselho.

Assim, o intelecto e a imaginação de quem pede conselho capta com mais diligência e perspicácia enquanto empreende, continua e termina o que deve fazer para resolver o assunto. Quem escuta e entende dessa maneira as palavras de quem aconselha lhe parecem ornadas e lhe resultam prazerosas por causa de seu ornato e de sua beleza.¹⁸

19. Muitos outros modos poderíamos narrar em que as palavras se tornam ornadas e belas por causa da ordem que brota quando as colocamos esmeradamente no princípio, no meio e no fim. Não obstante, a ordem própria às palavras, convenientemente dispostas no lugar que lhes correspondem, provém da *ordem* e da *forma*, da *matéria* e do *fim*, tal como explicamos acima.

Assim entendemos o que deve ser colocado no princípio, no meio e no fim.

Da Segunda Parte desse Livro, que trata da *Beleza*

20. Exposta a parte da *ordem*, segue a segunda parte, que trata da *beleza*, pois ela é a unidade que decora e orna as palavras.¹⁹

Para a *beleza* requerida por esta arte são necessárias sete condições: 1) que as palavras tenham vocábulos belos; 2) que tenham princípios belos; 3) que, ao falar, sejam feitas comparações belas; 4) que sejam interpostos exemplos belos; 5) que as palavras tenham ornamentos congruentes; 6) que as conjunções e as disjunções entre as palavras sejam belas²⁰ e 7) que, ao princípio, aquele que fala proponha belos e ornados provérbios, adequados ao seu propósito. Por meio destas sete condições numeradas deve-se inquirir a beleza e o ornato de suas palavras.

A seguir, expomos a doutrina que instrui o cumprimento destas sete condições, para que se possa aplicá-las às suas palavras conforme exige seu propósito.

I. Da *Beleza* das palavras

21. A dicção e o vocábulo obtêm a beleza a partir de três coisas: a forma, a matéria e o fim.

22. Dizemos que um vocábulo é belo ou que uma dicção é bela quando tem uma forma bela, tal como os vocábulos a seguir, que enumeram resultados decorados e belos: “deus”, “anjo”, “homem”, “grandeza”, “eternidade”, “poder”, “rei”, “rainha”, “donzela”, “cavaleiro”, “senhora”, e outros semelhantes, todos vocábulos belos por sua forma. Pode-se dizer o mesmo de “Sol”, “estrela”, “esplendor”, “leão”, “cavalo”, “árvore”, “rosa”, “viola”, “lírio”, “flor”, “ouro”, “rubí” e “esmeralda”. Todos estes vocábulos são belos e, quando alguém os utiliza em sua fala, faz com que suas palavras resplandeçam por sua decoração.

23. Similarmente, dizemos que um vocábulo é belo por causa de sua matéria. Por exemplo, o vocábulo “anjo” é belo por causa da natureza de sua matéria, que é espiritual e incorruptível.²¹ Podemos dizer o mesmo dos vocábulos “Sol”, “Lua” e “estrelas”, que se tornam esplendorosos por causa da incorruptibilidade de sua matéria.²²

Quanto ao vocábulo “senhora”, ele é belo porque designa o senhorio, apreciação que deve ser extensiva aos vocábulos semelhantes a esses. “Bondade” é um vocábulo esplendoroso porque a bondade é contrária à malícia. De modo semelhante, “verdade”, pois se opõe à falsidade, e “largueza”, oposto da avareza. Nesses vocábulos, a contrariedade – ou qualquer outro tipo de oposição – é a matéria graças a qual incorporam a beleza em si mesmas. Portanto, as palavras são embelezadas por esta beleza quando são compostas por estes vocábulos.

24. Em terceiro e último lugar, dizemos que um vocábulo é belo por causa de seu fim. Nesse sentido, o vocábulo “anjo” é belo porque o anjo foi criado para o

cumprimento de um ótimo fim, isto é, servir a Deus e, conhecendo-O, fruir uma verdadeira bem-aventurança por meio da suave doçura desta visão.

Podemos dizer o mesmo do vocábulo “justiça”, que tem como finalidade a conservação da paz; e “misericórdia”, que tem como finalidade a indulgência. Também podemos dizer o mesmo da “dileção”, que tem como finalidade a “diligência”, da “bondade”, com o fazer o bem, da “paz”, que é viver, e também do “ferro”, que tem como finalidade arar, semear e fazer incisões; de “nau”, que é navegar, de “casa”, que é dar habitação; de “castelo”, que é defender, e o mesmo de todos aqueles outros vocábulos que do fim para o qual se ordenam têm beleza e decoração.

25. Portanto, no uso dos vocábulos deve-se considerar as três coisas citadas, porque se prescindirmos delas as palavras não se tornarão esplendorosas. Por outro lado, se as ordenarmos de acordo com estas três coisas, nunca carecerão de beleza.

II. Dos Princípios belos

26. Um dos princípios que mais decoram a beleza das palavras são os princípios belos. Pois se as palavras contiverem princípios belos, serão mais prazerosas e decorativas. Há cinco princípios que, se estiverem ausentes das palavras, deixá-las-ão carentes de todo esplendor: a verdade, a audácia, a afeição, a humildade e a continuidade.

27. Quando alguém diz palavras verdadeiras, o próprio esplendor da verdade faz manifestamente visíveis aos ouvintes a forma, a matéria e o fim daquelas palavras. Isso faz com que os ouvintes entendam claramente e se unam amorosamente àqueles que falam, pois a verdade entendida nas palavras torna amáveis os falantes. Pelo contrário, a falsidade e a malícia tornam as palavras obscuras e odiosas, porque não resplandece a beleza da forma, nem da matéria, nem do fim, e não se descobre qualquer razão de amabilidade.

O mesmo ocorre quando as palavras são simultaneamente verdadeiras e más, de modo que nem nas que são falsas e más, nem nas que são verdadeiras e más – somente que carecem da bondade do fim – poderá resplandecer a beleza da forma, da matéria e do fim. Portanto, quando isso for verdadeiramente assim, as palavras serão boas, belas e agradáveis de dizer, tão logo o falante começar, continuar e estiver configurado exclusivamente por palavras deste tipo.

28. O segundo princípio que embeleza muito as palavras é a audácia²³, pois ela revigora aquele que advoga por uma causa, lhe exalta e fortalece sua voz.²⁴ Na voz daqueles que assim se expressam, se formam virtuosas palavras, que têm a grande virtude de influir nas almas dos ouvintes, que desejam e anseiam sentir aquelas palavras que, graças à audácia, conseguem beleza e encanto. Contudo, quando as palavras são proferidas com temor e sem audácia, perdem sua virtude, e os ouvintes consideram que não têm valor. Quando os homens as proferem com temor, os ouvintes suspeitam que elas não têm um fim verdadeiro, ou que, se têm, têm pouca ou nenhuma utilidade.

29. Um terceiro princípio é a afeição, que adorna maravilhosamente as palavras.²⁵ Quando alguém expõe suas palavras com uma grande afeição, o ouvinte se torna benevolente; curioso, presta atenção ao que é dito e se sente inclinado a aceitar o que o falante se propôs dizer. Mas quando alguém fala sem afeição, rapidamente surge na alma do ouvinte a suspeita que o falante valora muito pouco o fim para o qual compôs suas palavras. Assim, a falta de afeição nas palavras – que revela um desejo módo do fim – deforma as palavras e faz com que as almas dos ouvintes as tenham como supérfluas e levianas. Aquele que fala, portanto, se deseja que suas palavras sejam belas e alcancem o fim que se propôs, no início de sua narrativa deve propô-las com um grande fervor e afeição na alma, para que assim os ouvintes as recebam na inteligência, na imaginação, na memória, e se afeiçoem com amor, pois esta é a melhor maneira de obter o efeito desejado.

30. O quarto princípio, que tem um valor muito grande no ornamento e na decoração das palavras, é a humildade. Quando aquele que advoga por uma causa inicia suas palavras com humildade, ela, que é uma bela virtude, as decora e as exalta. Esta mesma exaltação das palavras faz com que os ouvintes se tornem humildes, benevolentes e atentos. As mesmas palavras, que são belas quando escutadas porque a humildade as torna atrativas, passam dos ouvidos à imaginação dos ouvintes e, uma vez bem imaginadas, informam a inteligência, são retidas na memória e agradam a vontade dos que as escutam. Pelo contrário, quando alguém começa a falar com arrogância e soberba, a arrogância informa os sentidos, a imaginação e a inteligência dos ouvintes, e deixa sua impressão. Assim, cria uma aparência de futilidade, e nada parece digno de louvor.

31. O último princípio que tem uma grande força para realçar as palavras é a continuidade.²⁶ Ela é um instrumento pelo qual aquele que fala pode ligar as palavras de modo que uma palavra se una à outra sem interrupção da voz, pois elas existem nos sons vocais. De fato, as palavras penetram nos ouvidos quando estes prestam uma atenção continuada, e há continuidade nelas e uniformidade na voz. Assim, quando a continuidade está presente na inteligência, na memória e na fantasia, os ouvintes retêm melhor as palavras, porque são mais amáveis e mais fáceis de serem estimadas. Mas caso se produza uma descontinuidade entre as palavras, isso deixará sua impressão no ouvinte, elas tornar-se-ão banais, deixarão de ser estimadas e perderão todo o seu valor.

32. Portanto, caso se deseje que as palavras se tornem verdadeiramente formosas, elas devem ser realçadas pelos princípios citados. A doutrina exposta pode mostrar bem como os princípios e os exemplos citados, inseridos acima, devem ser adaptados às palavras conforme uma ordem congruente. Assim, elas, ordenadas, tornar-se-ão belas e os ouvintes serão movidos ao louvor e à amável dileção.

III. Das *Comparações belas*

33. Três são os graus de comparação: o positivo, o comparativo e o superlativo. O positivo é bom, o comparativo é melhor, e o superlativo é ótimo.

34. Estes três graus de comparação aumentam a decoração das palavras, caso os insermos em palavras com uma forma, um fim e uma matéria belos. Pois fala belamente quem diz: “A rosa e a violeta são belas”, “A rosa é uma flor mais bela que a violeta”, e “A rosa é a mais bela das flores e, portanto, é mais bela que a flor da amendoeira” e, do mesmo modo, quem diz: “O ouro e o ferro têm uma finalidade boa”, “A finalidade do ferro é mais útil que a finalidade do ouro” – porque, embora o ouro seja mais precioso do que o ferro, a finalidade do ferro é mais útil do que a finalidade do ouro.

Da mesma forma, e conforme os graus de comparação citados, podemos dizer “A rainha é boa e bela”. Por isso, esta palavra resplandece a forma da beleza sobre as outras palavras. Baseando-se nessa comparação, alguém poderia dizer “A rainha é bela, não boa”, mas isso seria como dizer “A rainha e a serva são belas”, uma comparação indecente, porque não se pode comparar uma rainha com uma serva. Portanto, deve-se dizer “A rainha é mais bela que a donzela”, mas não “A rainha é mais bela que a serva”. Da mesma maneira, podemos dizer “A rainha e a donzela são muito belas”. Contudo, dizer “A rainha e a serva são muito belas” não é falar belamente.

35. Isso também vale para as comparações entre um nome e um pronome, um verbo, um advérbio ou um particípio, tal como no exemplo “A rainha e vós são bons e belos”, que é um falar belo. Por outro lado, não fala bem quem diz “A rainha e tu sois belos”, como tampouco fala bem quem diz “Eu e a rainha somos belos e bons”.

Pode-se dizer o mesmo para o nome e o verbo, como quando alguém diz “A rainha e a donzela fazem uma bela camisa de ouro”, “A rainha canta melhor que a donzela”, e “A rainha e a donzela entoam uma canção muito bela”.

O mesmo vale ainda para a comparação entre um nome e um verbo, um advérbio ou um particípio, como quando alguém diz “A rainha fica mais bonita quando ri”, “O rei, quando fala, é mais belo que seu juiz”, e “O rei e seu juiz se amam realmente” e assim, sucessivamente, poder-se-iam fazer mais sentenças como essas.

36. Portanto, a comparação entre a beleza do sujeito e a do predicado deve ser feita de modo que sejam geradas palavras belas e ágeis, como, por exemplo, “A rainha é bela”. A razão da beleza destas palavras é que o nome “rainha”, que é sujeito, é uma palavra bela, como também o é “bela”, que é predicado. Ademais, quem diz “A rainha é bela”, fala belamente porque, quando o diz, coloca o substantivo diante do adjetivo, já que o substantivo tem uma essência e uma dignidade maiores que o adjetivo, que é predicado, e sem ele não poderia ter um lugar onde existisse.

Portanto, aquele que coloca o adjetivo diante do substantivo, como “Bela é a rainha”, fala torpe e desordenadamente, e o faz torpemente na medida em que não respeita a dignidade devida ao substantivo. Também o faria se dissesse “Mais bela é a

rainha que a donzela”, ou “A beleza é muito grande na donzela e na rainha”. Deveria dizer, ao contrário, “A rainha é mais bela que a donzela” e “A rainha e a donzela têm uma grande beleza”.

37. Quem deseja falar retoricamente pode servir-se de todos os modos citados – e muitos outros – e aplicá-los aos graus de comparação, seguindo os exemplos expostos.

IV. Dos Exemplos belos

38. Os exemplos belos surgem de uma dupla matéria, conforme se referam a *coisas naturais* ou a *coisas morais*.²⁷ As *coisas naturais* podem ser *espirituais* – como Deus e os anjos – ou *corporais* – como o céu, a terra e os animais. De modo semelhante, há dois tipos de *realidades morais*: as virtudes e seus contrários, ou seja, os vícios e pecados. Assim, se aquele que fala deseja que suas palavras sejam prazerosas e decorativas, deve escolher os exemplos pertinentes e aplicá-los a elas, sempre respeitando a ordem devida. Portanto, propomos transmitir a doutrina apropriada para que se possa recorrer adequadamente aos exemplos e saber pô-los nos lugares congruentes.

39. Os exemplos belos que devem ser aplicados às palavras para torná-las belas e ornadas são os que falam de Deus. Aplica este tipo de exemplo às suas palavras aquele que faz referência à natureza e às operações divinas, as que Deus tem em Si mesmo e que continuamente opera nas criaturas. Por exemplo, quem pergunta que tipo de semelhança da Trindade divina e bem-aventurada há nas criaturas e admite que Deus seja uno e trino – trino em Pessoas e uno em Substância – deve fazer referência ao fato que, em toda criatura, descobrimos uma certa trindade.

Com efeito, toda coisa criada é uma e tem três propriedades essenciais e necessárias. Como vemos no anjo, que é uma substância e também tem forma, matéria espiritual e sua conjunção.²⁸ Não obstante, a semelhança divina do anjo é deficiente, porque não pode adequar-se à substância divina, já que contém matéria e, movida por Deus, se desenvolve no tempo. Além disso, o anjo é um sujeito de muitos outros acidentes e, por isso, não pode convir a Deus, que é forma pura, eterna e infinita, não sujeita a qualquer acidente.

O que dissemos do anjo pode ser igualmente dito do homem, já que também descobrimos nele unidade e certa trindade; numericamente é uno, embora conste de alma, de corpo e de sua conjunção. Por outro lado, sua alma é uma – configurada por três potências (inteligência, memória e vontade) e se torna completa quando é configurada por sua matéria espiritual, sua forma e sua conjunção. O mesmo podemos dizer do Sol, do leão, dos peixes, da águia, da árvore, da flor, do fruto, da pedra e de qualquer outra criatura natural.

Portanto, se aquele que fala aplica suas palavras a este tipo de semelhança da Trindade divina, que resplandece na criatura de uma maneira tão bela e especial, conferirá a elas beleza e decoração.

40. Deus convém a todas as criaturas na medida em que as criou e as sustenta no ser. Além disso, aquilo que atua por meio de uma virtude é superior ao que atua por meio da natureza, como o corpo humano, que utiliza a *virtude vegetativa* e a *virtude sensitiva* da alma. Assim, Deus, como em um grau elevadíssimo, participa em todas as criaturas, quis assumir a natureza humana e se tornar homem, para que, por meio da natureza humana, formasse parte de todas as criaturas, já que, de certa maneira, o homem participa da natureza de todas as criaturas.²⁹

Como este exemplo é belo por si mesmo, se alguém se servir dessas palavras decorará ainda mais os seus sermões.

41. Jesus Cristo, para libertar o homem perdido pela morte e redimi-lo do poder do inimigo, quis submeter-se, como homem, a muitos sofrimentos, até sofrer uma morte duríssima. Além disso, quis ser pobre, para enriquecer-nos com sua pobreza e dar-nos exemplo de como devemos trabalhar para a salvação de muitos e a utilidade comum, e como devemos menosprezar as riquezas deste mundo. Mais: ensinou-nos que, se desejamos conseguir a salvação, é uma necessidade inevitável enfrentar penas e trabalhos, suportar a morte, menosprezar as riquezas e desdenhar os prazeres. Portanto, o objetivo de um homem virtuoso deve ser o de servir, tanto quanto possa, o seu Deus, e unir-se a Ele com diletos abraços.

Este tipo de exemplo, aplicado às palavras que se propõe dizer, embeleza e ornamenta as palavras, de modo que, de sua beleza e ornato, se desenvolve uma perfeição que penetra na imaginação, na memória e no entendimento dos ouvintes.

42. O anjo é de tal natureza que seu ato intelectual se equipara à sua potência intelectual, e sua memória se equipara à sua essência. Assim, ele entende na mesma medida que o entendimento, e sua memória e todas as suas lembranças são tão grandes como sua essência. Algo semelhante podemos dizer de sua vontade, já que ele ama e estima na mesma medida que, por essência e natureza, é vontade. Portanto, o anjo, em todo o seu ser, frui Deus por meio da vontade, e O contempla por meio do entendimento, e fica totalmente envolvido pela graça e glória divinas.

Este exemplo deve ser aplicado ao débito que obriga o homem a servir a Deus por meio do entendimento, da memória e da vontade.

43. Este tipo de serviço é a razão que situa o homem entre as criaturas irracionais e Deus, para que estas criaturas – que por si mesmas não podem servir a Deus como faz o homem, já que Deus não pode ser captado por nenhum sentido nem pela imaginação – possam servir por meio do homem, mas por meio dos justos, não dos pecadores. Pois os pecadores, ainda que recebam serviço das criaturas irracionais, não retornam este serviço a Deus como devido.³⁰

Caso apliquemos esse exemplo à matéria que nos propomos falar, as palavras tornar-se-ão ornadas e belas, demonstrarão até que ponto é grande o serviço que os homens justos fazem a Deus, e farão ver como é grande a ofensa dos pecadores que ofendem a Deus quando se servem desordenadamente das criaturas, por si próprias inocentes e puras, e as submetem à vontade dos que contradizem a vontade de seu Criador.

44. Certo bispo, muito conhecido pelas honras que recebia e pelos dinheiros que tinha, como estimava a pobreza, renunciou à sua dignidade episcopal e foi viver pobremente em uma certa cidade. Passou a vestir um hábito vil, comer frugalmente e viver uma vida áspera. Não obstante, fazia isso para que todos o elogiassem, o louvassem e lhe tributassem honra e reverência; e se deleitava como todos falavam de sua demissão do episcopado e de sua austeridade de vida.³¹

Este exemplo fará com que as palavras sejam esplendorosas e narrem o homem hipócrita, que faz tudo para que os outros o vejam. Renunciam ao século, mas para receberem das gentes felicitações e honras.

45. Por causa de seu grande resplendor, o Sol, que por sua natureza não tem calor nem secura, participa da natureza do fogo mais do que qualquer outro elemento, porque ele e o fogo coincidem em luz e resplendor.³² Assim, o Sol multiplica sua virtude mais no fogo por sua secura do que no ar por sua umidade, ou na água por seu frio do que na terra por sua secura.³³

Caso alguém aplique esse exemplo para mostrar que os homens participam mais da graça e da bênção de Deus, a bondade, virtude e santidade que os tornam mais semelhantes a Deus do que aqueles que menos se assemelham a Ele, esta aplicação fará com que suas palavras se tornem mais refulgentes pelo brilho da beleza.

46. Por causa de sua fortaleza, o leão é tão audaz que não teme ninguém que lhe ataque com lanças, espadas, ou qualquer tipo de dardos. Mas se alguém o ataca com uma corda comprida arrastada pela terra, ele se aterroriza e rapidamente foge. Isso acontece porque, por seu instinto natural que o torna capaz da vitória, ele não teme a vitória do adversário, mas suas artes e artimanhas. Por isso, o leão teme que o homem, com o engenho de uma corda, o pegue, o prenda e o capture.

Este exemplo, aplicado às palavras e sentenças sobre a guerra, tornarão belas as palavras.³⁴

47. Uma das propriedades da águia é poder ver mais distante do que todas as outras aves. Ela pode isso porque, ao voar mais alto, olha e captura com mais agudeza a virtude e a luz do Sol que as outras aves.³⁵

Deve-se recorrer a esse exemplo sempre que se fale de homens santos, que estimam Deus mais intimamente do que os outros homens, e O contemplem mais limpidamente.

48. “O peixe do mar nasce e vive na água salgada. Contudo, não é salgado, mas tão doce que o homem o salga para comê-lo.”³⁶

Este exemplo permite ornar as palavras de quem fala, caso aplicando nos sermões que tratam dos homens justos pois, embora estejam no amargor do mar deste mundo e afligidos pelas tribulações e sofrimentos, conservam a paz e a doçura de

espírito enquanto servem com paciência a Deus. E por meio da paciência, que somente pode existir na paixão do sofrimento, eles alcançam a paz e a quietude”.

49. Contam que uma garça envelhecera tanto que a velhice a impedia de pescar. Ao dar-se conta disso, ela começou a pensar com inquietude como faria para conseguir alimento. Por fim, descobriu uma maneira de pegar os peixes de um lago para obter comida, e deixou de pescar durante todo o dia, isto é, da manhã até o entardecer. Ao ver que a garça deixara de pescar, um caranguejo que vivia naquele lago lhe perguntou por que não pescava mais como estava acostumada. A garça respondeu que não pescava mais porque havia ficado muito triste em saber que uns pescadores vieram ao lago e capturaram todos os peixes.

Ao ouvir isso, o caranguejo foi transmitir aos peixes as palavras da garça. Quando ouviram aquilo, todos os peixes acudiram à garça para pedir conselho de como escapar dos pescadores. A garça respondeu fraudulentamente, e lhes disse que daquele lago ela levaria todos para outro lago, onde nenhum pescador poderia exercer o ofício da pescaria. Os peixes ficaram satisfeitos com o conselho da garça. Assim, desejando escapar das redes dos pescadores, eles acudiam diariamente à garça, para que ela os levasse ao lago onde era impossível pescar. Mas a garça, cheia de fraude, escolhia os melhores peixes e os levava a um monte para comê-los. Assim, durante muito tempo, com essa arte ela conseguiu comer os peixes sem ter o trabalho de pescá-los.

Então, o caranguejo, que a garça não queria levar porque não era bom para comer, perguntou à garça: “Porque você não me leva ao lago como os outros peixes?”. Ao ouvir isso, a garça abaixou o pescoço, e o caranguejo subiu e a agarrou o máximo que pôde com seus braços. Assim, a garça levou o caranguejo ao monte onde comia os peixes e onde também desejava comer o caranguejo.

Mas quando o caranguejo olhou as espinhas dos peixes que a garça havia comido e não viu nenhum lago, percebeu a fraude que a garça havia cometido e, apertando seu pescoço muito fortemente com seus braços, a matou. O caranguejo deixou o corpo morto da garça estendido na terra, voltou ao lago e, após convocar os peixes, explicou a fraude que a garça havia cometido.³⁷

Este exemplo ornará as palavras daquele que, com sua narrativa, denunciar aqueles que, quando perdem as forças na velhice, se valem de fraudes e falsidade, e acabam presos nos laços de sua fraude.

50. Uma antiga narrativa nos explica que uma raposa rogou ao leão, o rei das bestas, que lhe permitisse entrar em sua casa para formar parte de seu Conselho.³⁸ Ao ouvir isso, o lobo, que formava parte do *Conselho Real*, disse ao rei, tentando persuadi-lo o quanto podia, que não admitisse a raposa em sua Cúria, nem a introduzisse em seu Conselho, pois era de linhagem vil e frequentemente enganava as galinhas e depois as devorava. Logo que isso chegou aos ouvidos da raposa, ela disse ao rei que, para tê-la em seu Conselho, ele deveria levar em conta que ela era uma besta sábia e de confiança, mais do que de linhagem nobre. Até porque quanto mais fosse de vil linhagem mais se submeteria e obedeceria ao rei. Ao ouvir isso, o rei imediatamente concordou com as preces da raposa e a introduziu em seu Conselho.

Quando isso chegou aos ouvidos do leopardo e da leoa, que também formavam parte do Conselho real, eles ficaram muito descontentes. Assim, disseram ao rei: “Nenhum rei pode ter uma besta de vil linhagem em seu Conselho, mesmo que pareça astuta, porque sua astúcia e sua tenacidade acabam em traição. A besta astuta maquina fraudes para acumular riquezas, encimar-se nas honras, promover seus parentes e vis consanguíneos contra os que são nobres. Por outro lado, aqueles que são de uma linhagem genuinamente boa e sangue venerável, cuidam de não fazer nada que possa macular sua nobreza, e temem provocar fraudes e traições. Nunca cometem qualquer injúria fraudulentamente”.

Contudo, o rei não escutou os conselhos, e a raposa, acompanhada de seus cúmplices, conseguiu que o rei, cheio de ira contra o lobo, o leopardo e a leoa, os expulsasse, indignado, de sua casa e de seu Conselho. A seguir, a raposa, com sua astúcia, conseguiu que um de seus filhos se tornasse juiz real e que outro se tornasse o principal da casa real. Além disso, aconselhou o rei a introduzir a perdiz e o galo em seu Conselho e converter o coelho em seu porteiro, o lobo como seu notário e a pomba como sua nuncia. A raposa aconselhou o rei dessa forma porque todos aqueles animais a temiam. Assim, tudo isso aconteceu: a raposa se converteu na senhora da cúria real e de todo o Conselho do rei, e assim passou a fazer o que queria.

O rei, como era de se esperar, mal aconselhado, passou a tomar más decisões e assim governar seu reino, porque todos os conselheiros, por temerem a raposa, nunca se atreviam a dar seu conselho e concordavam com tudo o que a raposa propunha. O resultado foi que o rei, que trabalhava e governava mal, adquiriu tão má reputação em todo o reino e em muitas outras regiões que muitas gentes passaram a desprezá-lo.

Este exemplo conferiria ornato às palavras caso o narrador se referisse a príncipes e a prelados que sofrem situações semelhantes às do rei das bestas.

51. Contam que dois símios colocaram lenha sobre um vaga-lume, pensando que era fogo, e assopravam com força a lenha e o vaga-lume, para que a lenha, acesa pelo fogo, pudesse aquecer. Próximo daquele lugar havia uma árvore onde uma pomba e um corvo estavam parados. Algumas vezes a pomba disse aos símios que o vaga-lume não era fogo e que eles se esforçavam em vão, já que nunca conseguiriam acender fogo ali. Algumas vezes também o corvo repreendia a pomba, dizendo-lhe que ela fazia mal em aconselhar a quem era obcecado e rude, incapaz de entender conselhos sensatos e de corrigir-se. Mais: se alguém os aconselhava algo que favorecesse sua honra, não teria nada de bom, somente sofrimentos e danos. Mas a pomba não escutou o conselho do corvo: desceu a terra para mostrar aos símios que o vaga-lume não era fogo. Assim que a pomba desceu à terra, os símios a capturaram, a mataram e a devoraram.

Se alguém inserir este exemplo em suas palavras, conferirá decoração a elas caso as narre a homens que, mesmo com sofrimento dano e ira desejem corrigir obstinados que, com sua perversidade, não somente são impedidos de receberem qualquer correção, mas repreendem e são duros contra seus corretores.³⁹

52. Naturalmente o homem tem bondade natural, memória, intelecto, vontade e outras perfeições naturais que requerem beleza natural. Esta beleza as configura e as embeleza de modo que sejam prazerosas a Deus e, fazendo o bem, alcancem a vida

gloriosa e a memória recorde o bem, o entendimento entenda o bem e a vontade estime o bem.

Este exemplo decorará as palavras que narrarem a conduta dos que deturpam suas qualidades naturais com pecados e vícios, que são máculas morais.

53. Com seu calor, o fogo decora o ar, que tem prazer de receber o calor do fogo. Mas, com sua secura, o fogo torna o ar mais leve, o que desagrade o ar. Assim, o ar, suportando paixão, recebe do fogo aquela secura que é o contrário da umidade.

Este exemplo deve ser utilizado para decorar as palavras da narrativa que se referem a quem, de um lado, faz algo que agrada a seus amigos e, de outro, por meios diferentes, cogita fazer tudo que os prejudica e os desagrade.

54. Algumas árvores dão tantos frutos que o peso quebra seus ramos, o que deve significar que os homens deveriam fazer muitas obras boas, mesmo que isso os submetesse a contínuos trabalhos.

Este deveria ser um belo exemplo para narrar a conduta daqueles que, entregues às delícias, negligenciam as boas coisas que poderiam fazer.

55. As árvores produzem ramos, folhas e flores por causa do fruto, que é a parte mais nobre da árvore, pois o fruto é proveitoso aos homens mais do que qualquer outra parte da árvore. Também graças ao fruto, a espécie da árvore perdura.

Este exemplo tornará belas as palavras endereçadas àqueles que fazem o contrário, por exemplo, contra os que procuram se tornar pessoas comuns⁴⁰, se sobressair acima dos outros e assim amontoar riquezas, serem exaltados com honras, viver nas delícias da luxúria e fazer valer seus amigos e consanguíneos ao invés de servir e louvar a Deus, que é a verdade, fruto suavíssimo, e fim da vida perpétua.

56. A rosa é uma flor bela, tanto para quem a possui quanto para quem a cheira, ainda que nasça e seja colhida entre espinhos. Isso significa que as virtudes, que adquirimos com grandes trabalhos e muito esforço, são, como as flores, mais belas e prazerosas, ainda que devamos colhê-las e mantê-las com grandes esforços e paixões, embora, uma vez mantidas, aumentem mais e mais.

Se alguém recitar este exemplo aos homens que desejarem ter as virtudes e se esforçarem para obtê-las – sobretudo quando se derem conta de como são graves os trabalhos e as paixões para adquiri-las e conservá-las – tornará admiráveis as palavras que compõe pelo esplendor de sua decoração.

57. O lírio é a mais bela das flores, e significa que o homem não deve se ensoberbecer. Ela é bela porque tem um ramo alto no meio, inclina sua cabeça para a terra e é ornada de pequenos ramos amarelos, que significam que o ouro refulgente não pode ser comparado à bela e santa humildade de uma pessoa.⁴¹

Este exemplo deveria ser proposto aos homens que se enaltecem, ensoberbecidos por causa da beleza, de honras e de riquezas.

58. Como as flores recebem mais influência do Sol do que qualquer outra estrela⁴², e como é o maior e mais belo de todos os planetas, as flores se dilatam e se orientam em direção a ele quando aponta no dia. Mas, às vésperas, quando se põe, as flores também se movem, dirigindo suas cabeças.⁴³

Este é um belo exemplo para narrar a conduta dos homens soberbos e arrogantes que se negam a dar graças a Deus pelo ser e pelos dons que receberam, e não Lhe prestam a devida reverência e honra.

59. O ouro, por sua cor, belíssima, porque é o mais maleável dos metais, e porque os objetos fabricados por ele são mais duráveis que os fabricados com qualquer outro metal, é o mais apreciado e melhor custodiado metal no cofre dos tesouros.

Este exemplo deveria servir para ser dirigido aos homens que falam do ouro, o estimam e o custodiam no tesouro de seus corações mais que a Deus, que criou o ouro, que é Senhor de tudo, e é O melhor, O mais belo e mais durável que qualquer criatura.

60. O ouro é mais belo que o ferro, mas o ferro tem um fim mais nobre e útil porque é mais necessário aos homens, ainda que o ouro seja preeminente ao ferro na cor.⁴⁴

Esse exemplo deveria ser explicado aos homens que estimam suas mulheres, pois as adornam com ouro para que pareçam mais belas, não para que a espécie humana se multiplique.

61. As forcas, quando fazem justiça, são mais nobres que a taça real, porque esta, mesmo que seja de ouro, serve apenas para facilitar a bebida.

Isso deveria ser dito ao rei que estima mais o ouro que a justiça, pois ele é rei para observar a justiça, não para tomar a bebida com uma taça de ouro.⁴⁵

62. A esmeralda ultrapassa o ímã em beleza. Mas o ímã, ainda que seja uma pedra leve, tem mais virtude que a esmeralda.

Se alguém expusesse este exemplo aos homens que estimam as mulheres por sua beleza mais que por sua bondade, tornaria suas palavras muito mais decoradas.⁴⁶

63. Destes exemplos que expusemos acima, extraímos doutrina para que o homem possa conferir decoração às suas palavras, para que narre belos exemplos e os aplique de modo conveniente à finalidade de suas palavras.

Caso sigam a doutrina que oferecemos, podem inquirir e descobrir estes exemplos e, explicá-los em suas narrativas, ou ainda, caso se deseje, encontrar matérias similares para diversas matérias.

V. Dos Ornamentos belos

64. Há quatro ornamentos belos: as *dignidades*, as *cores*, os *gestos* e as *vestimentas*.

Pelas *dignidades* entendo a *bondade*, a *virtude*, a *potência*, a *duração*, e outras semelhantes a estas.⁴⁷ São *cores* as *formas belas*, as *matérias belas* e os *fins belos*. São *gestos* um rosto sorridente ao falar e o ato de proferir as palavras sem tossir, sem cuspir, nem mover as mãos ou agitar os pés.⁴⁸ São *vestimentas belas* os vestidos belos que portam os homens que desejam que suas palavras sejam prazerosas. Com estes quatro ornamentos podem-se fazer suaves e belas as suas palavras e evitar a torpeza dos vícios.

65. A bondade do rei e suas dignidades ornam suas palavras quando fala. Por outro lado, um falante também orna suas palavras quando as aplica à dignidade do rei, como, por exemplo, quando diz: “Se o rei, que tem tanta bondade, domínio e dignidade, fala com caridade e humildade a seu povo, vós, que sois um pobre cavaleiro, não deveis falar iracundamente, nem soberbamente, nem rudemente àquele que é igual a vós, muito menos a quem é mais nobre que vós, mesmo que creia que o é”.

66. De modo semelhante, se alguém dissesse “A rainha é bela e boa”, realçaria decorativamente a bondade da rainha com sua beleza. O mesmo ocorre com o contrário, quando alguém diz “A rainha, que é boa, é também muito esplêndida”. Por meio dessas cores, o homem pode ter doutrina para ornar e embelezar as palavras com uma cor congruente, os substantivos belos com adjetivos belos e os adjetivos belos com substantivos belos.

67. O homem que fala com gestos belos ornar maximamente suas palavras. Assim faz quem se apresenta diante do rei com o rosto sorridente e evita tossir e cuspir, de modo que suas palavras fluam continuamente e sejam sustentadas por uma voz que as pronuncia sem interrupções.

Não obstante, deve-se ainda manter o corpo reto, as mãos fixas e os pés juntos e assim mostrar a humildade, a reverência e a honra que qualquer súdito deve exibir ao seu rei e senhor.⁴⁹

68. As vestimentas belas e limpas daquele que fala e sabe se vestir bem são ornamentos belos através dos quais as palavras tornam-se belas. Pelo contrário, as vestimentas torpes e vis deturpam mais que ornar, pois insinuam a necessidade e a pobreza daquele que fala.

69. Quem diz “A rainha, que é bela, não é boa”, diz palavras torpes e que podem ser repetidas da seguinte maneira: “É grave que a rainha bela, a quem corresponde uma grande dignidade e uma elevada excelência porque é a mulher do rei, seja deturpada pela mácula do pecado, já que a mácula do pecado deforma toda a beleza”.

De modo semelhante, quem dissesse “A rainha, que é feia, não é boa”, falaria torpemente. Mas se alguém dissesse “Foi agradável a Deus, que a rainha, que é torpe e

não é boa, desfrutasse de beleza e de bondade, de maneira que se tornasse uma digna cônjuge do rei”, diria palavras ornadas para um bom desejo, que é o de formar palavras belas.

70. Segundo este modo exposto acima, transmitimos uma doutrina para reconhecer quais são os ornamentos belos, bem compostos e com os quais aquele que tem que falar pode saber ornar suas palavras e evitar a torpeza.

6. Dos Ditados belos

71. Os ditados são belos por meio de conjunções belas e disjunções decorativas de nomes, de pronomes, de verbos, de participípios e de advérbios.⁵⁰ De acordo com estes dois modos, o homem saberá redigir bem e compor palavras esplendorosas. Assim, a doutrina que transmitimos terá por matéria e objeto fazer belos ditados e belas cláusulas.

Para fazer belos ditados, é necessário investigar as belas conjunções e disjunções entre um sujeito e outro, entre verbos, entre participípios, entre pronomes e entre advérbios. Deve-se também observar que um substantivo seja determinado por um adjetivo próprio e que um nome receba a adjunção tanto de um verbo quanto de um participípio e de um pronome conveniente. Aqueles que desejam observar a beleza nos ditados devem seguir os passos que mostram os exemplos a seguir.

72. Quem diz “A rainha e a donzela são belas e boas”, une belamente um nome a um nome e um substantivo a um adjetivo. Caso dissesse “A rainha e a serva são belas e boas”, tornaria torpes as conjunções.⁵¹

73. Quem diz “O rei e a rainha se estimam mutuamente” une belamente um verbo com nomes substantivos, mas não o faz quem diz “O rei e a rainha se odeiam”, porque o verbo “odiar” não é belo. Semelhantemente, quem dissesse “O rei e a rainha são inteligentes e diligentes” proferiria palavras ornadas, mas não o faria quem dissesse “são negligentes e odiosos”.

74. Quem diz “O rei e a rainha se olham bela e amavelmente” também une belamente verbos, substantivos e advérbios, mas seria bem contrário se dissesse “O rei e a rainha se olham de maneira má e iracunda”.

75. Quem diz “Vós e ele sois belos e bons” estabelecerá uma bela união por meio de um adjetivo, de um verbo e de um pronome, mas não estabelecerá se falasse de maneira contrária.

76. Quem dissesse “É belo e bom criar beleza e bondade”, faria belas conjunções entre adjetivos, um verbo e um substantivo, mas faria o contrário se falasse de maneira contrária.

77. Falaria belamente quem dissesse “É belo ser diligente e fervente na hora de fazer o bem”, porque estabeleceria belamente uma união entre um adjetivo, um verbo e participípios.⁵² Assim, não se deve estabelecer qualquer ditado contrário.

78. Quem diz “Bela e bondosamente o rei é belo e bom”, estabelece belas uniões por meio de adjetivos, um nome, um verbo e advérbios. Contudo, não faz isso quem diz o contrário.

79. Quem diz “Ele, que faz um grande bem e evita um grande mal, é bom e sábio”, estabelece uniões belas por meio de um pronome e verbos.

80. Quem diz “Ele, que é inteligente e complacente, é sábio e curial”⁵³, por meio de um pronome, um verbo e participípios⁵⁴, exorna o que diz com belas uniões.⁵⁵

81. Quem diz “Ele, que fala bela e escuta sabiamente” faz uma bela união ou uma conjunção por meio de um pronome, de verbos e de advérbios de locução e de audição.

82. Quem diz “Aquele que é inteligente e amante, fala” por meio de um verbo e participípios estabelece uma união bela e decorativa.

83. Quem diz “Ele, que fala bela e docemente”, por meio de um verbo e de advérbios une belamente o que diz.

84. Quem diz “Quem é um amante responde docemente”, por meio de um participípio e de um advérbio estabelece uma bela união.

85. Segundo os casos enumerados acima, o homem poderá investigar as belas e decorativas uniões. Consideramo-las belas porque são estabelecidas entre vocábulos concordantes e belos. Certamente uma união não pode ser naturalmente bela quando é estabelecida entre um vocábulo belo e outro torpe, ou entre vocábulos contrários. Isso aconteceria, por exemplo, se se dissesse “O rei é belo e a rainha é feia” ou “O rei é bom e a rainha má”.

86. Este mesmo procedimento deve ser aplicado às disjunções. Por exemplo, alguém poderia dizer “Se pedis um cavalo a um rei, ou ele vos dará ou, se não vos der, vos responderá curialmente”. Esta disjunção é bela se comparada à seguinte: “O rei vos dará um cavalo ou não vos dará”. Isso que acabamos de dizer deve ser aplicado também a todas as disjunções semelhantes.

7. Dos Provérbios belos

87. Um provérbio é um sermão breve que contém uma magna sentença.⁵⁶ Como introduz palavras e confere audácia e conselho àquele que fala, incluímos nessa arte alguns provérbios belos. Seguindo-os, os que têm que falar poderão compor e ornar suas palavras, caso saibam aplicar congruência à forma, à matéria e ao fim, conforme o exigem a matéria, a forma e o fim das palavras. Portanto, publicamos a seguir provérbios de diversas matérias para que se possa ter à disposição muitos provérbios belos e aptos para vários tipos de palavras e sentenças.⁵⁷

88. Não rogues a Deus mais por teu bem / que pela honra que lhe convém.

89. Da sentença deste provérbio deve-se extrair que o homem deve honrar a Deus mais que estimar a si próprio. A partir dessa conveniente exposição, o homem poderá investigar de modo similar explicações congruentes a todos os outros provérbios.

90. Se fores obediente a Deus, / tua alma viverá em paz.⁵⁸

91. Quem postula sem bondade, / recebe sem vontade.

92. Quem é similar a Deus / dá e não fica com nada para si.

93. Que aquilo pelo qual desejas ser amado / nunca seja por ti odiado.

94. Se desejas falar ou calar / consideras como podes melhor tratar.

95. Ninguém deseja bem morrer / nem de má morte bem sair.

96. Não desejes ser tão honrado / a ponto de tolo serdes considerado.

97. O homem que ama grande honra / cansa muito seu servidor.

98. Se desejas vender ou comprar / não vendas a Deus para lucrar.

99. Não reputes nada em vitupério / onde desejas ter honra.⁵⁹

100. Em tudo que desejares lucrar / atenta para não perder vosso bem estar.

101. Sempre que aconselhardes / sejais diligentes para que não lhe venha o mal.
102. O homem que bom conselho não sabe dar / não deseja seu coração revelar.
103. Com quem é falso com maestria / nunca desejes companhia.
104. Não desejes coisas ostentar / com as quais possam te enganar.
105. Não tomeis nada para si / porque o mal pode te vir.
106. Não desejais louvar homem / cujo louvor não possais provar.
107. A perseguição que te apavoras / aquele que foge tem ainda maior.
108. Do homem que não usa a razão / não tenhas dó nem perdão.
109. Não desejes te arrepender fortemente / se grande mal não pode te sobrevir.
110. Não desejes ser repreendido / cortesmente e sem razão.
111. Se repreendes com suavidade / terás tranquilidade.
112. Não desejes ser muito cortês / porque em tudo existe muita imundície.
113. Quem tem caridade, a todos têm / e de todos se faz senhor.
114. Do homem que sempre é iracundo / não desejes ser muito íntimo.⁶⁰
115. Quem do homem perverso é vizinho / padece muito sofrimento.
116. Não desejes ser tão rico / a ponto de te reputarem como mendigo.
117. A doença vale para o homem / quando é são e mal a procura.

118. Não desejes ser virtuoso / para ser comentado.
119. Ao homem de grande santidade / a vanglória o combate.
120. Mais vale a boa tristeza / que o gozo pleno e fátuo.
121. Não desejes ameaçar / quem te possa prender e capturar.
122. Mais vale a infâmia injusta / que o louvor injusto.
123. Em tudo o que começares / considera como possas terminar.
124. Não desejes perder a verdade / por nenhum pecúlio, com falsidade.
125. Quem abandona o bem e acolhe o mal / do que escolhe é néscio.
126. Mais vale não conferir o que é pedido curialmente / que atribuir rústicamente.
127. Se não crês, não podes inteligir / nem da suspeita evadir.⁶¹
128. Se o que tens desejas rapidamente mostrar / o que não sabes, interrogar.⁶²
129. Não desejes embelezar / o que da torpeza possa brotar.
130. Quem não tem virtude só estará / e no fim só morrerá.
131. Com virtude combates teus pecados / para que não sejas superado.⁶³
132. Quem combate com uma virtude / facilmente é derrotado.
133. Não desejes coisas buscar / que não possas encontrar.
134. Com néscio valor não tens valor / nem com vileza tens honor.
135. Não despertes tão cedo / a ponto de errar o caminho.

136. Não queiras saber sobre a morte / pois enquanto és são, podes bem fazer.⁶⁴

137. Aquele que Deus não deseja amar / dos bens de Deus é indigno de usar.

138. Cada provérbio é escrito / para que em seu devido tempo e lugar seja dito.

139. Com a segunda parte desse livro dizemos o suficiente sobre a tradição dessa doutrina, que serve para que o homem saiba colocar decoração às suas palavras e redigir textos com belas palavras. Esta doutrina consiste em observar nas sete divisões dessa parte⁶⁵ a ordem devida conforme a matéria, o fim e a forma.

Da Terceira Parte desse Livro, que é da *Ciência*

140. Após explicar tudo o que pertence à segunda parte desse livro, passamos à terceira parte, intitulada “Da *Ciência*”. Nessa parte, desejamos tratar dos dezoito princípios e das nove regras da *Arte geral*, para que, segundo o processo dessa ciência, o advogado⁶⁶ saiba informar beleza às suas palavras, aplicando-as aos ditos princípios.

I. Dos dezoito princípios da *Arte*

141. Primeiramente trataremos dos princípios, que são os seguintes: 1) Bondade, 2) Magnitude, 3) Duração, 4) Poder, 5) Sabedoria, 6) Vontade, 7) Virtude, 8) Verdade, 9) Glória, 10) Diferença, 11) Concordância, 12) Contrariedade, 13) Princípio, 14) Meio, 15) Fim, 16) Maioridade, 17) Igualdade e 18) Minoridade.

Ao discorrer sobre estes dezoito princípios, mostraremos de modo explícito o que há de beleza e de decoração, pois eles contêm todas as matérias das quais o homem pode falar, mesmo que variadas e diversas, a fim de estabelecer uma ciência clara de como se deve compor palavras sobre quaisquer matérias com o devido atrativo.

Contudo, advertimos, antes de iniciar a exposição desses princípios, que em cada um deles propomos buscar a forma, a matéria e o fim mencionados na primeira parte.

1. Da *Bondade* das palavras

142. A matéria das palavras boas são as boas dicções, mas a forma dessas palavras é a beleza que resulta da composição e da ordenação dos vocábulos bons. Não obstante, a verdadeira bondade da forma e da matéria deve ser buscada no fim, pois boas são as coisas que se ordenam a um fim bom e ótimas as coisas que se ordenam a um fim ótimo.⁶⁷ Da forma, da matéria e do fim, reciprocamente ordenados com se deve, surge a forma bela, que nos permite descobrir quais palavras devem ser consideradas belas.

143. Quem diz “Deus”, “anjo”, “homem”, “Céu”, “Terra”, etc., e “bondade”, “grandeza” e seus semelhantes, profere bons vocábulos, que são matéria de palavras boas, como acima está expresso.⁶⁸ Assim, quem diz “Deus, o criador do homem e de muitos outros bens naturais” – como a alma, o corpo, e outros bens similares, como o homem – que, pelos bens naturais que recebe, atinge os bens morais, que são as virtudes, como a justiça, a temperança e outras similares, e aos artificiais – como o castro, a casa e outros similares – adorna os bens naturais para que tudo lhe sirva para servir a Deus, seu criador.

144. Nessas questões, quem aplica à sua boa finalidade pela qual existe a matéria da bondade, fará com que do fim e da matéria surjam a forma boa.⁶⁹ De todas as três, resultará a forma bela das palavras, que é a luz através da qual as boas palavras também são belas. Quando isso realmente for assim, descobriremos a ciência de encontrar a bela forma das palavras, pela qual se pode fazer, compor e ordenar belas palavras. Conforme isso, são belas e boas as seguintes palavras: “Deus, que é o sumo bem, criou no homem uma alma boa e um corpo bom, uma boa elementativa, vegetativa, sensitiva e imaginativa, com as quais faz o homem boas obras e serve a Deus, seu criador”.

2. Da *Grandeza* das palavras

145. As palavras são grandes e excelentes quanto à sua forma, sua matéria e seu fim. A verdadeira matéria é excelente e grande quando é de dicções grandes e excelentes. Isso acontece, por exemplo, quando alguém fala de Deus, dos anjos, do céu, dos homens e de seus elevados e sublimes efeitos, porque todas estas dicções são excelentes e grandes em razão da excelência e da grandeza do que tratam, que tem, por si, uma grandeza e uma excelência sublimes.

146. Portanto, a partir dessas dicções – devidamente compostas e congruentemente ordenadas à sua mútua relação e a um fim grande e sublime – surgem formas belas e grandes, que são palavras elevadas e grandes. A partir desses três princípios, isto é, o fim, a forma e a matéria, surge um tipo de beleza com o qual as palavras grandes e sublimes reluzem com todo o seu esplendor.

147. Assim, pode-se dizer que Deus, que tem tanta magnitude e excelência, criou o mundo grande e a mesma grandeza para um fim grande, isto é, criou os anjos e os homens para que, por sua grande memória, tivessem uma grande lembrança, por seu grande entendimento tivessem uma grande inteligência, e por sua grande vontade tivessem um grande desejo, para assim louvar, honrar e servir humildemente a Deus, pois Ele é digno de ser continuamente lembrado, plenamente compreendido e fervorosamente estimado pelos homens e pelos anjos que criou.

148. Há outro grande fim, de uma sublimidade e excelência de algo maior e excelente, que evidentemente é Deus, que criou o grande mundo secular e congregou grandes e diversas partes para que surgisse um excelentíssimo homem, Nosso Senhor Jesus Cristo que, com Sua grandeza, excedeu a todas as coisas por causa da grandeza da incriada Bondade e da grandeza criada. Ele foi também o fim e a forma de vida de todos os outros seres por meio da humanidade que n'Ele se uniu à natureza divina na unidade de Sua pessoa. Dessa maneira, como Deus e homem são ao mesmo tempo, Ele recebeu “aquele nome que está acima de todos os outros nomes”, diante do qual “todos devem se ajoelhar no céu, na terra e no Inferno”.⁷⁰

149. Há ainda outro fim muito grande e elevado, isto é, o Paraíso, que tem matéria e forma grandes, nas quais são concedidas uma grande recompensa e uma glória imensa, que têm uma duração grande porque perseveram perpetuamente sem fim.

150. Além disso, há outro modo de grandeza nas palavras, como o da narrativa que conta como um imperador romano preparou um grande exército para ir à Índia.⁷¹ No dia marcado para partir para a guerra, uma paupérrima senhora cujo filho havia sido assassinado segurou as rédeas do cavalo do imperador e lhe pediu que fizesse justiça. A senhora dizia que não sairia dali até que fosse julgado o assassino de seu filho. O rei, que verdadeiramente era justo, entregou seu próprio filho à senhora para que ele fosse custodiado no cárcere até que ele retornasse da Índia.

Da mesma forma poderíamos falar da magnífica excelência de Alexandre, que foi tão magnificente que outorgou uma ótima cidade a um cavaleiro que, no máximo, merecia um castro.⁷²

151. Estes exemplos e estas palavras são grandes e excelentes pois são adornados com uma certa cor de beleza. Eles devem ser recitados segundo um fim congruente, expostos seguindo as exigências da matéria dos sermões e conservando o modo de apresentação exposto acima, que é superior e notável, isto é, que o loquaz pronuncie o que diz à audiência com ornato, com ânimo constante e sem medo, tal como requerem a sublimidade e a excelência das palavras.

3. Da Duração das palavras

152. Dupla é a duração das palavras.⁷³ Uma é a consistência da atualidade da voz⁷⁴, que se estende tanto quanto a pronúncia das palavras; outra é a persistência das

palavras retidas na memória dos homens que, ao guardar na memória as palavras que escutaram e as conhecerem com a inteligência, se afeiçoam de tal modo que depois podem recitá-las.

As palavras devidamente recitadas e para um fim devido serão palavras belas, como o são os textos evangélicos, toda a Sagrada Escritura e as gestas dos homens gloriosos que, após migrarem desse século, vivem na memória. Por isso, para imitar seus exemplos, recitamos continuamente esses textos. Mas quando as palavras se ordenam para um mal fim – como o fazem as escrituras de Maomé e de outros similares⁷⁵ – tornam-se palavras más e torpes, ainda que os homens as retenham na memória.

4. Do Poder das palavras

153. Dizem que as palavras têm um grande poder na medida em que suas várias dicções significam um poder grande e sublime.⁷⁶ Por exemplo, quando alguém fala do poder infinito de Deus: “Em Deus Pai há o poder infinito de gerar, que produz o Filho, o qual Lhe é igual em tudo”, ou: “No Pai e no Filho há a potência igualmente infinita de espirar o Espírito Santo”⁷⁷, ou ainda: “Em toda a Trindade há um poder infinito que nenhum efeito pode igualar”. Estas palavras, que expressam o poder de Deus, são muito belas de serem recitadas, caso sejam aplicadas a um fim desejado e congruente.

Similarmente ocorre o mesmo com o anjo que, depois de Deus, é um ser de grande poder. Sua inteligência, elevada pelo lume da glória, pode ver Deus, e sua vontade pode amá-Lo.⁷⁸ O anjo tem o poder natural de entender todas as coisas, tanto no céu quanto na terra, se não são superiores à sua natureza.

De modo semelhante, o poder das coisas naturais, como o fogo e similares, pode ser aplicado a este propósito. Assim, as palavras, adaptadas a uma matéria congruente, serão, por si mesmas, sublimes e belas.

5. Da Sabedoria das palavras

154. Se o homem deseja falar com sabedoria, deve primeiramente escolher a matéria, ordená-la a um fim devido e adaptá-la a uma forma devida, para que suas palavras sejam ordenadas e belas.⁷⁹

155. A respeito da matéria dessas palavras, devem ser atendidas, no mínimo, dez condições. A primeira é que o loquaz, antes de começar a falar, medite diligentemente sobre aquilo que deseja falar; a segunda, que determine a quantidade das palavras para evitar tanto o defeito da brevidade excessiva quanto a longa superfluidade, e mantenha o meio-termo da discricção⁸⁰; a terceira, que espere o tempo oportuno para falar, para que as palavras pronunciadas em um tempo incongruente não sejam plácidas; a quarta, que observe qual é o lugar congruente para falar; a quinta, que considere a dignidade e a condição daquele a quem se endereça, pois há coisas que podem ser ditas aos que são de condição ínfima, mas que não se pode dizer aos que são de condição elevada; a sexta, que empregue palavras úteis, já que as vazias não podem ser belas; a sétima, que

empregue palavras justas, porque as injustas não valem nada; a oitava, que sejam honestas, sem injúrias, pois essas não são agradáveis nem belas; a nona, que sejam virtuosas e verdadeiras, e a décima e última condição, que eleja um fim que seja possível e ao qual possam ser aplicadas as palavras.

156. A matéria das palavras discretas requer estas dez condições. Se estas preditas condições forem observadas nas palavras, segundo a matéria, a forma e o fim a que tenda a intenção de quem fala, e as palavras forem devidamente ordenadas, desta ordenação resultará uma forma belíssima, pela qual, como uma luz, a narração de quem fala será prazerosa e decorada.

6. Da *Vontade* das palavras

157. Para que as palavras sejam amáveis são necessárias seis condições, que colocamos por ordem: amor, quantidade, tempo, lugar, verdade e qualidade.

158. Primeiramente, a matéria das palavras requer amor, amor que deve haver entre o falante e o ouvinte para que as palavras sejam úteis, frutuosas e justas, já que uma palavra injusta ou inútil não pode ser estimada. Em segundo lugar, a matéria das palavras exige uma quantidade discreta e devida⁸¹, porque se são excessivas ou deficientes tampouco poderão ser estimadas. Em terceiro lugar, que o tempo para falar seja oportuno e cômputo, e que se conclua com palavras belas e úteis. Quarto, a matéria das palavras requer um lugar conveniente onde possam ser recitadas de maneira apta e congruente. Quinto, requer também que as palavras contenham a verdade em si, já que as palavras falsas são odiosas aos sábios. Sexto, a matéria das palavras amáveis requer que as palavras sejam qualificadas e concordem as qualidades dos loquazes com a dos ouvintes, pois se deve pensar no caso em que o falante, como o ouvinte, seja fiel e curial, sábio e discreto.

159. Todas essas condições devem ser observadas nas palavras, caso desejemos que elas sejam amáveis. Assim, caso bem observadas e devidamente ordenadas, as palavras proporcionarão uma forma amigável e tornar-se-ão belas.

7. Da *Virtude* das palavras

160. Se Deus colocou virtudes nas ervas e no lapidário, muito mais o fez nas palavras, que são virtuosas graças às virtudes morais e teológicas existentes naquele que fala.⁸² Portanto, quando o falante emprega palavras virtuosas – que têm a virtude por sujeito ou por matéria – colore sua forma e, através dessa coloração, a forma é bela. Então, ao escutar a forma ornada, os ouvintes recebem as palavras com deleite e inclinam benevolmente seus ouvidos e seus corações à audição.

8. Da *Verdade* das palavras

161. A matéria da verdade das palavras consta de quatro princípios: a voz, o tempo, o verbo e o nome.⁸³

162. Voz é o que é subjacente às palavras.⁸⁴ O tempo é o que aparece quando expressamos as palavras em sons vocais que se referem ao tempo presente ou ao pretérito. O verbo é o que é totalmente necessário, porque se torna aquilo do qual falamos. Por exemplo, quando dizemos: “A rainha é bela”; o nome é aquilo do qual necessitam as palavras verdadeiras, de modo que, sem nome, não podemos dizer que as palavras belas têm valor.

A matéria da verdade das palavras consta desses quatro princípios, mas o fim de sua verdade é aquilo pelo qual as palavras são verdadeiras. A forma é a ordem que seguem as palavras formadas. Posteriormente, desses três princípios surge certa forma de beleza, com a qual as palavras que dizem a verdade tornam-se ainda mais belas. Isso acontece de tal modo que a forma, a matéria e o fim participam nas palavras boas e virtuosas. Sem estes três componentes, não pode surgir a forma bela com a qual as palavras são verdadeiras e belas.

163. Há outro modo de configurar as palavras que, de um lado, faz com que pareçam verdadeiras e, de outro, que se mostrem falsas, como aconteceria se alguém dissesse: “O rei me deu um cavalo, cavalo o rei não me deu”.⁸⁵ Estas palavras são verdadeiras na medida em que, por meio de um nome e de um verbo, configuram um som vocal e um tempo, mas são falsas na medida em que a matéria do rei e do cavalo não têm lugar em um tempo pretérito, isto é, antes que o cavaleiro dissesse: “O rei me deu um cavalo”.

164. Há ainda um terceiro modo próprio de configurar as palavras verdadeiras: respeitar quatro condições para que elas se tornem belas; fazer com que sejam verdadeiras provando-as com argumentos necessários; fazê-lo por meio de autoridades, por meio de testemunhos, e com que a força de sua verdade seja obtida por meio de semelhanças⁸⁶ e suposições.⁸⁷

Como entender o que resulta de uma prova por razão necessária é ato próprio do entendimento – embora crer em algo que resulta de uma prova baseada em uma

autoridade seja um ato apropriado⁸⁸ para o entendimento – o entendimento entende e consente melhor com a verdade das palavras afirmadas por argumentos necessários⁸⁹ e elas até parecem mais belas que as palavras baseadas em uma autoridade, exceto as da *Sagrada Escritura*, que se fundamentam na verdade divina, autoridade maior que qualquer perspicácia do gênero humano.

9. Da *Glória* das palavras

165. Como as palavras são prazerosas e gloriosas⁹⁰, sua matéria requer oito princípios maximamente principais: promessa, louvor, narração, verdade, bondade, grandeza, utilidade e amabilidade.

166. A primeira coisa que requer a matéria das palavras gloriosas é a promessa: quando o falante promete aos ouvintes muitos dons, indulgências e graças, as palavras tornam-se muito gratas aos ouvintes.

Em segundo lugar, a matéria das palavras gloriosas requer que elas contenham um louvor, isto é, que aqueles que falam digam aos endereçados que eles são dignos de louvor, pois se se diz palavras blasfemas, sua matéria carecerá de prazer e glória.

Em terceiro lugar, elas também requerem uma narração gloriosa, que se produz quando são narradas belas gestas, que também devem ser boas.

Em quarto lugar, a matéria das citadas palavras gloriosas requer ainda que as palavras sejam verdadeiras, ou pelo menos semelhantes, porque se não o fossem, tornar-se-iam insuportáveis aos ouvintes.

Em quinto lugar, também se requer para a matéria das palavras gloriosas que sejam boas, pois isso as tornará prazerosas, já que o bem é algo a que todas as coisas apeteçam.⁹¹

Em sexto, as palavras devem ter a magnitude da grandeza, porque são mais prazerosas quando são narrados fatos grandiosos do que quando são expostos fatos insignificantes.

Em sétimo lugar, as palavras devem citar coisas úteis, porque a utilidade da narração torna benévolos e atentos os ouvintes.

Em oitavo lugar, as palavras citadas devem ser amáveis, porque o amor que elas desvelam as tornam prazerosas e provocam os ouvintes a escutá-las mais atentamente.

167. A matéria das palavras gloriosas requer todas estas condições. Caso sejam devidamente ordenadas conforme estas condições, de modo que a forma se oriente ao fim pelo qual são ditas, resultarão em um esplendor de beleza que fará com que aquelas gloriosas palavras sejam prazerosas e belas.

10-12. Da *Diferença*, da *Concordância* e da *Contrariedade* das palavras

168. Em toda palavra deve haver diferença, concordância ou contrariedade.⁹² A forma que perfaz a matéria subjacente⁹³ move a palavra até seu fim, de modo que, da matéria, da forma e do fim resultam um esplendor pelo qual elas se tornam decoradas em sua diferença.⁹⁴

169. Portanto, quem fala deve prestar atenção às diferenças das palavras, para distingui-las, para conservar em cada uma delas as sílabas que lhe são próprias, e para pronunciá-las com a acentuação devida e assim realçar, com sua voz, a diferença entre elas. Por exemplo, se alguém disser a outro “Ama ardentemente”, não deve pronunciar estas duas dicções tão depressa, pois o “a” final da primeira dicção e o primeiro “a” da segunda dicção serão sentidos como apenas um som vocálico.⁹⁵ Além disso, a perda de sílabas e a má acentuação tornam as palavras confusas e disformes. Portanto, deve-se proferi-las distinta e morosamente.

170. Deve-se ter em conta que as diferenças entre as palavras fazem com que umas sejam do gênero masculino, outras do feminino, e outras do neutro. Assim, deve-se ter muita atenção para conjugá-las, para que haja entre elas a máxima concordância.⁹⁶ A concordância de uma palavra masculina com outra masculina é maior do que a que existe entre uma masculina e outra feminina, como também a que há entre uma feminina e outra feminina é maior que a que há entre uma feminina e outra masculina ou neutra, como ainda a que há entre uma neutra e outra neutra é maior que a que há entre uma neutra e outra feminina. Portanto, deve-se dizer “O rei é belo”, “A rainha é bela”, “O rei porta um vestido belo”. Conforme os gêneros citados e o gênero de qualquer outra diferença, em geral, quando houver entre palavras a máxima concordância e conveniência, haverá maior beleza entre elas. Assim, entre “rei” e “bem”, que são palavras de um mesmo gênero, há uma conveniência maior que entre “rei” e “bondade”, que são palavras de gêneros diferentes. Devemos entender que isso acontece em todos os casos semelhantes.

171. Além disso, devemos advertir que a contrariedade surge tanto nas palavras quanto nas dicções⁹⁷, pois “bem” e “mal” são contrários por fins contrários, “branco” e “negro” são contrários porque situam-se na máxima distância do gênero das cores. De modo semelhante, “fogo” e “água” o são, porque têm qualidades contrárias. Assim, quem advoga por uma causa⁹⁸ deve considerar atentamente qual e quanta contrariedade há em cada palavra, pois a contrariedade entre “bem” e “mal” parece maior do que a que existe entre “branco” e “negro”, e a que há entre “calor” e “frio” maior do que a que há entre “negro” e “frio”, já que entre “negro” e “frio” há mais disparidade que contrariedade. Pode-se dizer o mesmo das contrariedades semelhantes a essas.

172. Sempre que entre o falante e o ouvinte houver contrariedade – como a que há entre o advogado e seu adversário – o falante deve prestar atenção às contrariedades citadas, porque quanto maior for a contrariedade entre as palavras, mais belas elas serão na matéria que tratam. A contrariedade desse tipo se dá nas palavras para que se atinja o

fim bom das palavras verdadeiras por meio da justiça. Pode-se explicar isso com um exemplo: todos percebem que um pregador desacredita e aniquila melhor a luxúria quando enaltece e ostenta a castidade, que é seu contrário, que fazendo alusão à justiça. Do mesmo modo, ele se opõe mais à injúria e à injustiça por meio da justiça do que por meio da castidade. Similarmente, o fogo é mais contrário à água por meio do calor – que é uma qualidade própria do fogo – do que por meio da secura, que é mais própria à terra que ao fogo. O mesmo deve ser dito das demais coisas semelhantes a essas. Mas se as palavras daqueles que falam procurassem a concordância, como fazem os amigos, então teríamos que dizer o contrário.

13-15. Do *Princípio*, do *Meio* e do *Fim* das palavras

173. A matéria das palavras requer um princípio, um meio⁹⁹ e um fim¹⁰⁰, e a forma das palavras consiste em seu ordenamento, pois de tal ordem resultará uma certa forma de beleza.

174. Aquele que se dispõe a falar, antes de começar deve meditar e determinar atentamente o que deve dizer no princípio, o que no meio e o que no fim. A esse respeito, mais acima colocamos um exemplo, no capítulo que tratamos da ordem.¹⁰¹

175. Como algumas dicções são do gênero masculino, outras do gênero feminino e outras do neutro, um falante cauteloso e discreto deve ordená-las de modo a colocar em primeiro lugar as palavras do gênero masculino; as do gênero neutro devem ficar no meio, e as do gênero feminino devem ser colocadas no fim. As palavras do gênero neutro devem ser colocadas no meio tanto porque participam da natureza dos dois outros gêneros – o masculino e o feminino – quanto porque, ao abnegarem de ter gênero, são o meio dos outros dois. Portanto, deve-se dizer “O rei é bom e a rainha é boa”, e não “A rainha é boa e o rei é bom”. De modo semelhante, deve-se dizer “O rei tem um belo pomo de ouro que deu à rainha”.¹⁰² Mas se alguém dissesse “Um pomo de ouro tem o rei, que o deu à rainha”, suas palavras não seriam belas, nem retoricamente bem ditas.¹⁰³

16-18. Da *Maioridade*, da *Igualdade* e da *Menoridade* das palavras

176. Toda palavra é maior, menor ou igual. Isso constitui a matéria e a forma com as quais as palavras dependem de sua ordem. E na medida em que a forma se oriente para o devido fim, que não é senão aquele os ouvintes entendam e apreendam o fim do qual se fala, emana uma forma bela, através da qual as palavras são esplendorosas e belas.

177. A palavra pode ser maior de duas maneiras: pelas sílabas ou por sua dignidade.¹⁰⁴ Uma palavra é maior pelas sílabas quando contém muitas sílabas. Assim, a

palavra “rainha” tem mais sílabas que a palavra “ser”. Não obstante, a palavra “ser” é mais digna que a palavra ou a dicção “rainha”, como também é mais simples.¹⁰⁵

Dizem que algumas palavras ou dicções são iguais quando têm as mesmas sílabas, como “rainha” e “serva”. Mas mesmo que sejam iguais em sílabas, quanto à dignidade, a maior corresponde à “rainha”.¹⁰⁶

Devemos destacar, contudo, que se tem que entender a maioridade e a menoridade do que falamos quando nos referimos ao mais e ao menos, relativos uns aos outros, de modo que não podemos falar de um sem o outro. Assim, é necessário que aquele que fala conheça quais palavras são maiores, quais são iguais e quais são menores, para saber o que colocar no princípio, o que no meio e o que no fim. Isso porque, de acordo com a maioridade, a igualdade ou a menoridade das sílabas, convém colocar as menores no princípio, as iguais no meio e as maiores no fim. Portanto, deve-se dizer “o rei e a rainha”, e não “a rainha e o rei”.

178. Há ainda um outro modo de maioridade, de igualdade e de menoridade das palavras: o que se dá entre uma substância e outra, entre uma substância e um acidente, e entre um acidente e outro acidente.

O primeiro caso – entre uma substância e outra substância – ocorre, por exemplo, entre Deus e o anjo, pois Deus é maior que o anjo. Também ocorre entre substâncias mais numerosas e outras menos numerosas, pois três palavras juntas são maiores que duas. Por exemplo, as palavras “o rei, a rainha e a donzela” são maiores que as palavras “o rei e a rainha”.

Em segundo lugar, a maioridade das palavras pode-se dar também entre uma substância e um acidente, como entre “homem” e “ver”, ou entre um acidente e outro acidente, como entre “entender” e “ver”. De modo semelhante, a igualdade ocorrer primeiro entre uma substância e outra substância, como entre “pai” e “filho”, já que o filho é tanto substância como o pai. Pode também ocorrer entre uma substância e um acidente, como entre “fogo” e seu “calor”.

Em terceiro lugar, pode-se dar entre dois acidentes, como entre “entender” e “estimar”.

O mesmo deve ser dito da minoridade, já que a relacionamos com a maioridade.

179. O que dissemos sobre os dezoito princípios deve ser suficiente para expor a doutrina de como encontrar os segredos da beleza em suas propriedades, com as quais as palavras se revestem de beleza e de decoração.

Com a ajuda de Deus, procedemos agora a expor as nove regras da *Arte geral*.

II. Das nove regras da *Arte Geral*

180. Estas regras¹⁰⁷ são resolvidas em nove questões gerais¹⁰⁸, que se referem a tudo aquilo que podem nos perguntar sobre as palavras.

Assim, perguntam: 1) O que é a palavra? 2) De que é feita a palavra? 3) Por que existe a palavra? 4) Qual a quantidade da palavra? 5) Qual é a palavra? 6) Em qual tempo existe a palavra? 7) Onde existe a palavra? 8) De qual modo existe a palavra? 9) Com o que existe a palavra?

Conhecer a verdade de todas essas questões é o que há de mais útil para saber compor palavras belas e ornadas.

1. O que é a Palavra?

181. Primeiramente, perguntam: o que é a palavra? A resposta é: a palavra é uma *voz significativa*¹⁰⁹ que representa uma *palavra mental*¹¹⁰ que o homem concebe quando pensa. Nela, ao mover a língua no ar, ele imprime sua similitude para revelá-la aos ouvintes.

Saber o que é a palavra e saber defini-la é muito útil para quem fala, porque aquele que a ignora não poderá conferir beleza às suas palavras.

2. De que é feita a Palavra?

182. Em segundo lugar, perguntam: de que é feita a palavra? Deve-se responder que a palavra surge do som vocal, sua matéria, e do impacto causado no ar pela língua, que imprime similitudes com as palavras mentais nascidas no pensamento.

É sumamente necessário que aquele que compõe belas palavras entenda a verdade dessa questão.

3. Por que existe a Palavra?

183. Em terceiro lugar, perguntam: por que existe a palavra? Deve-se responder que a palavra existe por duas razões: por sua forma e por sua finalidade.

Como todas as coisas, a palavra existe por sua forma, como dissemos na primeira questão.¹¹¹ Por exemplo, “O rei tem uma grande bondade”, é uma expressão graças à forma de suas palavras. Isso porque a palavra existe por sua forma, já que é um *som vocal*, configurado no ar e que significa a palavra que existe no pensamento do homem, representada exteriormente aos outros por meio de uma semelhança e emitida pelo movimento que a língua causa no ar.

Mas a palavra também existe por causa de sua finalidade. O fim da palavra é aquilo pelo qual as dizemos, como mostra o caso daquele cavaleiro que desejava obter um cavalo do rei e o persuadiu dessa maneira: “– Senhor rei, vós que sois bom e liberal, requeiro, graças à vossa bondade e liberalidade, que me dê um cavalo que é vosso, para que eu possa vos servir na guerra”. Neste caso, o fim das palavras é o desejo do cavaleiro de ter um cavalo, já que é ele que o move a postular um *destrier* ao rei.¹¹² Advertimos que, muito congruentemente, dizemos “vos requeiro” e não “vos peço” porque “requerer” é uma palavra mais bela do que “rogar”, pois “requerer” é forma e deriva da bondade e liberalidade, coisa que não podemos dizer a respeito da palavra “rogar”.¹¹³

Entender essa questão é muito útil para saber ornar as palavras, pois quanto mais claramente alguém descobre a forma e o fim das palavras, mais capaz será de torná-las decoradas.

4. Qual quantidade tem a Palavra?

184. Em quarto lugar, perguntam: qual quantidade tem a palavra? Deve-se responder que a quantidade de uma *palavra simples* é diferente da quantidade de uma *palavra composta*.

São exemplos de palavras simples: “rei”, “rainha”, e todas as que são semelhantes a essas. Um exemplo de *palavra composta* é: “O rei e a rainha têm uma grande beleza”. Denominamos também *composição de palavras* porque são compostas de muitas cláusulas e numerosos verbos, como este exemplo: “O rei, que é bom e belo, vai à igreja para rogar a Deus e encontra a rainha, que é boa e bela e também roga a Deus”.

Aquele que fala deve prestar muita atenção à quantidade da *palavra simples* e a da *complexa*, de modo que saiba propor a quantidade devida para que a excessiva prolixidade ou brevidade de suas palavras não as torne ingratas aos ouvintes.

5. Qual é a qualidade da Palavra?

185. Em quinto lugar, perguntam: qual a qualidade da palavra? Deve-se responder que existem *palavras próprias* e *palavras apropriadas*.¹¹⁴

É *própria* a seguinte palavra: “O rei se dirige ao povo e ordena que se preparem para a guerra”. Em contrapartida, essa é a *apropriada*: “O magistrado¹¹⁵, em nome do rei, ordena ao povo que esteja imediatamente preparado para a guerra”. A *palavra própria*, quando é boa, é mais bela e mais excelente que a *apropriada*. Mas quando é má ocorre o contrário, e a *palavra própria* se torna torpe e indigna. O mesmo ocorre com algumas palavras que são belas por si mesmas, e outras o são por algo que as colore. Por exemplo, se alguém diz: “A rainha, que é bela, é boa”, as palavras “A rainha é boa” dão cor à primeira palavra [bela] e se apropriam de sua beleza.¹¹⁶ Portanto, aquele que fala deve conhecer quais palavras são *próprias* e quais *apropriadas*, quais são boas e quais más, quais são belas por si mesmas e quais o são por outra coisa. O mesmo deve ser feito com as outras qualidades das palavras, porque isso ajuda muito a decorá-las.

6. Quando existe a Palavra?

186. Em sexto lugar, perguntam: quando existe a palavra? Deve-se responder que ela existe duplamente no tempo. Existe no tempo em que é concebida pela mente¹¹⁷ e no tempo em que é expressa exteriormente pelo som vocal.

O cavaleiro concebe a palavra com a qual deseja pedir ao rei que lhe dê um cavalo. Este é o primeiro tempo. O mesmo cavaleiro, por meio da língua que forma o som vocal, profere as palavras e diz vocalmente ao rei: “– Senhor, dê-me um cavalo vosso”. Este é o segundo tempo.

Conhecer o tempo destes dois tipos de palavras – a mental e a oral – é o que há de mais útil para formar belas palavras, pois as *palavras vocais* devem ser exteriormente ornadas conforme o processo nos quais a *palavras mentais* e os *conceitos mentais* são gerados. Quem desconhece o tempo desses dois tipos de palavras não poderá fazê-las de modo congruente.

7. Onde existe a palavra?

187. Em sétimo lugar, perguntam: onde existe a palavra? Deve-se responder que ela existe onde está o seu sujeito, pois, como palavra, não lhe convêm estar em um lugar. Consequentemente, ela existe na mente, na boca e nos ouvidos dos ouvintes.

Saber isso é útil tanto para o falante quanto para o ouvinte.

8. Como existe a Palavra?

188. Em oitavo lugar, perguntam: como existe a palavra? O modo de ser da palavra corresponde ao modo e à ordem de sua forma, de sua matéria e de seu fim. Assim, antes de falar, o falante, que é sábio e discreto, deve ter seu próprio modo de configurar as palavras no pensamento que dirá aos outros. A partir desse modo de pensá-las, surge o modo das *palavras vocais*, isto é, a partir das *mentais*, quando elas se formam exteriormente na voz e em virtude da língua no ar através das vogais e das consoantes.

Conhecer esse modo de ser das palavras é útil, pois são formadas as palavras na mente e conservadas nas palavras exteriores com vocábulos belos, bons e ordenados. Este modo confere uma grande decoração a elas. Sem ele, as palavras não podem ser belas.

9. Em que existe a Palavra?

189. Em nono lugar, perguntam: em que existe a palavra? Deve-se responder que a *palavra mental* tem como sujeito a mente, mas a *palavra vocal* está no ar. É dessa maneira que a palavra existe no fim, na forma e na matéria.

Ela existe no fim porque move ao desejo e ao apetite aquilo que é inacessível sem palavras. Quem deseja, escolhe e combina as dicções, que são a matéria das palavras, e informa a matéria com a forma. Assim, a forma, a matéria e o fim existem onde estão as palavras e naquilo pelo qual são inventadas.

Tudo isso foi exposto mais extensamente nas passagens dessa terceira parte, onde tratamos dos princípios.

Da Quarta Parte desse Livro, da *Caridade*

190. Aquele que fala com caridade / embeleza o que diz.¹¹⁸

Propomos prosseguir e tratar da caridade, para com ela encontrar uma doutrina que permita ornar as palavras.

Este tratado contém dez provérbios que podem ser aplicados ao propósito das palavras.¹¹⁹ O objetivo é que, por meio deles, todos possam aprender como aplicar devidamente a centena de provérbios recitados abaixo ao propósito das palavras.¹²⁰

1. Como a *Caridade* informa a *Vontade*

191. A caridade é a forma que informa a vontade¹²¹
para que ela queira o bem e odeie o mal.

Narram que um cavaleiro tinha uma mulher muito bela e cheia de caridade, e que outro cavaleiro a amava. Seu marido, muito zeloso, muitas vezes a batia, e muitas vezes a injuriava. A dama, injustamente golpeada pelo marido, sentia-se bastante inclinada a consentir com o outro cavaleiro, que lhe pedia insistentemente que o aceitasse. Mas a caridade, que enchia a mente da dama, a consolava e, vencida a inclinação ao mal, a mantinha na observância da caridade.

Este provérbio, com seu exemplo, torna belas as palavras, se é dito nesse caso ou em outro semelhante.

2. Como a *Caridade* humilha os arrogantes

192. A caridade humilha
arrogantes e soberbos.

Dizem que uma boa dama tinha um filho muito soberbo e que a enchia de improperios e, de modo rústico, lhe dizia palavras.¹²² Mas ela, como era cheia de caridade e de dileção pelo filho, respondia sempre aquelas palavras rústicas com palavras humildes e que tinham o odor da caridade. As doces palavras da mãe foram tão prazerosas ao filho que, reconhecendo seus defeitos e a arrogância com que a havia

tratado, se arrependeu e se converteu em um bom filho. Foi tão vitoriosa a consciência despertada pelas palavras daquela mãe que o filho, em tudo e para tudo, tornou-se curial para com ela.¹²³

Este provérbio, com seu exemplo, é útil àquele que, com o amor da caridade, deseja corrigir o homem malcriado e arrogante.

3. Como a *Caridade* esquece as injustiças

193. A caridade é a virtude que faz esquecer injustiças e ofensas.

Podemos explicar isso com um exemplo: uma vez, um cavaleiro ficou irado com um escudeiro que lhe havia dito palavras rústicas. Então, ele ordenou que o capturassem e lhe fustigassem com cinquenta flagelos. Naquele momento, o escudeiro disse a seu senhor o provérbio citado acima. Com a recitação do provérbio, exalou-se uma caridade tão redolente que, movido pela caridade que ornava as palavras do escudeiro, e também pelo arrependimento que dizia ter pela falta cometida, o cavaleiro mitigou tanto a ira que o enfurecia que perdoou o escudeiro e o absolveu da pena da fustigação.

Com seu exemplo, este provérbio vale para aqueles que pedem misericórdia pelos delitos cometidos.

4. Como a *Caridade* impetra os desejos

194. Quem tem caridade facilmente impetra quaisquer desejos.

Narram que uma boa e nobre dama perdeu seu marido na guerra pelas feridas mortais que ele sofreu quando lutava com valentia para defender seu rei. Após um tempo, durante uma guerra entre este rei e um outro rei, inimigos saqueadores tiraram o castelo daquela dama. Ela tinha duas filhas núbéis, mas não podia providenciar seus dotes, porque tinha muito trabalho para dar de comer a elas. Assim, ela se dirigiu ao rei, acompanhada de outra dama cheia de caridade e de um sobrinho seu que era jurista, para suplicar que o rei casasse as duas filhas e lhes concedesse bens para poder viver.

O jurista apresentou ao rei a petição da dama, formulada segundo o Direito, já que ela perdera o marido e o castelo em atos de serviço ao rei. O rei respondeu que, no momento, não podia ajudar a dama. Então, a dama que a acompanhava, cheia de caridade, com palavras lacrimoniosas, humildes e plenas de caridade, intercedeu pela dama diante do rei. A caridade tornou tão eficazes as palavras da dama que ela imediatamente obteve com sua petição o que demandava e que o rei não havia concordado em conceder, impassível que estava diante das palavras do jurista que lhe recordavam o débito ao qual estava obrigado.¹²⁴

Assim, o rei, inclinado pela virtude da caridade, concedeu à dama os bens que necessitava para subsistir e, além disso, casou suas filhas conforme convinha a seu estamento.

Com seu exemplo, esse provérbio apresenta palavras para quando se devam fazer preces para impetrar alguma graça.

5. Como a *Caridade* edifica os ouvintes

195. Começa com caridade
tuas palavras.

Narram que uma pessoa, revestida com a dignidade episcopal, tinha um arcediogo em sua igreja catedral. O episcopo era muito instruído, mas o arcediogo quase não havia sido educação. O bispo pregava com palavras elevadas e sutis, de acordo com o modo da arte retórica. O arcediogo, por sua vez, pregava com palavras humildes e com uma piedade que brotava da caridade. A eficácia da caridade era tão grande que as palavras do arcediogo, nascidas da caridade, frutificavam mais entre o povo que as sutis palavras do bispo.¹²⁵

Este provérbio e seu exemplo devem ser narrados àqueles que, em suas prédicas, prestam mais atenção à composição das palavras e à elevação das sentenças que à utilidade dos ouvintes; àqueles que, com a sapiência, desejam agradar aos ouvintes mais que edificá-los com o fervor da caridade.¹²⁶

6. Como a caridade move ao amor

196. A caridade do falante cativa o ouvinte
e o conduz ao amor.

Contam que um homem pediu a um vizinho seu que guardasse uma arca que continha mil talentos e dez panos dourados. Disse-lhe o provérbio citado acima e empreendeu uma peregrinação. O vizinho guardou a arca com os talentos e as roupas em seu quarto. Um dia, seu quarto pegou fogo, e quando toda a casa começava a incendiar, ele se lembrou das palavras que seu vizinho havia dito quando lhe confiou a arca antes de partir em peregrinação. Elas fizeram com que ele entrasse em casa para salvar a arca antes que se queimasse. Após salvá-la, quis também salvar seus pertences, mas o fogo era tão grande que não conseguiu fazê-lo. Isso demonstra a fidelidade que nasceu de sua caridade pelo vizinho, pois foi mais solícito com as coisas dele do que com as suas.

Este é um provérbio e exemplo para aqueles que pedem coisas que deve ser feiras por afeto mútuo entre duas pessoas e por amor de sua caridade. Em contrapartida, quem não tem caridade, nada deve ser pedido.

7. Como a caridade consola os desolados

197. A caridade alegre
tanto o falante quanto o ouvinte.

Contam que um mercador enviou seu filho, a quem estimava muito, a terras distantes, com um grande número de mercadorias. Mas as ondas se avolumaram, a fortuna lhe foi adversa, e seu filho se afogou no mar com todas as mercadorias. Ao saber disso, o pai ficou muito transtornado. Abatido pelas lágrimas e pela aflição, decidiu que nunca mais teria alegria em seu coração. Também decidiu deixar de dar esmolas que dava por amor a Deus, e de não Lhe oferecer mais as orações costumava fazer. Aquele desolado homem tinha um velho amigo que estimava a Deus com fervorosa caridade. Quando conversavam, o velho amigo o fazia com muita caridade, doçura e amabilidade. Tantas vezes caritativamente conversou com ele que o consolou da morte do filho e da perda dos bens até que o homem louvou a Deus, agradeceu o dano sofrido e voltou a dar as esmolas e orar como estava acostumado.

Este exemplo pode ser utilizado quando se consola alguém que, abatido por uma excessiva desolação, se afastou do juízo da reta razão.¹²⁷

8. Como a caridade repreende suavemente

198. Quem é repreendido com caridade
não é repreendido.

Contam que um rei alojou em sua casa um sacerdote que tinha uma grande caridade. Como era pleno de caridade, repreendia o rei e todos os que viviam na casa e corrigia os seus defeitos. Um cavaleiro que havia sido advertido muitas vezes disse ao rei que se maravilhava como ele suportava que aquele sacerdote lhe repreendesse tanto. O rei respondeu que, a cada vez que era repreendido, seu ânimo se irritava com a repreensão, mas a moderação do sacerdote era tão grande e em suas palavras brilhava tanto a suavidade da caridade e o esplendor da verdade que ele superava totalmente sua irritação.

Este provérbio e seu exemplo são adequados para aqueles que repreendem os outros e os que são repreendidos.

9. Como a caridade desdenha o lucro

199. A caridade não deseja denários.
Venda-os a tempo de praticá-la.

Contam que uma serva tinha uma grande caridade e uma santa vida, mas sua senhora, com quem vivia, era o oposto. A serva reprovava as más obras de sua senhora, que a mortificava injustamente. Um dia, ao observar que as diversas faltas de sua senhora a impediam de exercer a caridade da qual havia feito votos, lhe disse: “– Minha senhora, nem que me désseis todo o dinheiro do mundo, não poderia continuar vivendo convosco”. Assim, para exercer a caridade que é grata a Deus, ela deixou sua senhora e renunciou a seus ganhos.

Este provérbio e seu exemplo são belos e úteis para serem ditos àqueles que amam mais as riquezas do que as virtudes.

10. Como a caridade torna belas as palavras torpes

200. Quem tem caridade
torna belas palavras torpes.

Havia uma pobre mulher que fazia assim a sua oração oferecida a Deus: se soubesse em qual casa Deus morava, para ali iria e todos os dias a limparia, lavaria os pratos, prepararia o jantar e, à noite, arrumaria a cama e acalentaria seus pés com água quente. Dizia isso com a grande caridade íntima que estimava a Deus. No entanto, um

velho, ao ouvir aquelas palavras que a mulher dizia em sua oração, a repreendeu e lhe disse: “– Boa mulher, ofereces a Deus uma oração fátua e torpe. Deus não necessita desses serviços, porque Sua casa é mais clara que o Sol e Sua vida é sempiterna.¹²⁸ Não precisa comer nem que lhe lavem os pratos. Tampouco necessita de cama ou de casa, já que Sua virtude contém tudo”. A mulher respondeu que não sabia servir a Deus de outra maneira, e que desejava servi-Lo do melhor modo que sabia e havia aprendido. O velho se surpreendeu com as palavras da oração daquela mulher brotavam da caridade e da devoção e, ainda que inicialmente houvesse lhe parecido torpes, agora as via belíssimas. Assim, recomendou à mulher que orasse daquela maneira e a exortou a continuar orando com o fervor da caridade.

Este provérbio e seu exemplo explicam àqueles que consideram fúteis palavras porque não compreendem o ânimo com o qual foram ditas. Com ele propomos que aprendam a considerar o sentimento que faz com que as palavras sejam ditas, a finalidade e o término para a qual são ordenadas.

201. Consideramos suficientes estas explicações da quarta parte desse livro, que trata da caridade, onde expomos, por meio de provérbios e de exemplos, o modo como as palavras podem ser embelezadas com o esplendor da beleza, caso sejam ditas pela caridade e na caridade.

202. Aqui termina, para a glória e honra de Deus, este livro que contém a doutrina para descobrir o objeto da *Retórica* e para compor belas e ornamentadas palavras de acordo com a arte da *Retórica*.

Bibliografia

Fontes

- AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus* (trad. J. Dias Ferreira). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, 03 volumes.
- ALAIN OFF LILLE. “Distinctiones dictionum theologialium”. In: *Patrologia Latina* (ed. J. P. Migne). Paris, 1878–90, 210, col. 706b.
- ARISTÓTELES. *Retórica* (prefácio e introdução de Manuel Alexandre Júnior, tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena). Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco* (trad., textos adicionais e notas de Edson Bini). Bauru, SP: EDIPRO, 2007.
- Bestiaris* (a cura de Saverio Panunzio). Barcelona: Editorial Barcino, 1964.
- CICERÓN. *El Orador* (texto revisado y traducido por Antonio Tovar y Aurelio R. Bujaldón). Barcelona: Ediciones Alma Mater, S. A., 1992.
- CÍCERO. [Do Orador. 1.122-159 \(trad. de Adriano Scatolin\). Nuntius Antiquus. Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 264-287, 2016.](#)
- DANTE ALIGUIERI. *A Divina Comédia. Purgatório* (trad. e notas de Ítalo Eugenio Mauro). São Paulo: Ed. 34, 1998, 3 volumes.
- HUGO DE SÃO VÍTOR. *Didascálicon. Da arte de ler* (introd. e trad. de Antonio Marchionni). Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- HUGO DE SÃO VÍTOR. *Didascálicon. A arte de ler* (trad. e notas de Tiago Tondinelli). Campinas, SP: Vide Editorial, 2015.
- PLATÃO. *A República* (trad. e notas de Maria Helena da Rocha Pereira). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- QUINTILIANO. *Instituição Oratória* (trad., apres. e notas de Bruno Fregni Basseto). Campinas: Editora da Unicamp, 2015-206, 4 volumes.
- RAIMUNDO LÚLIO. [O Livro dos Mil Provérbios](#) (trad. Ricardo da Costa e Grupo de Pesquisas Medievais II da UFES). Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal - 68. São Paulo: Editora Escala, 2007.
- RAIMUNDO LÚLIO. *Félix ou O Livro das Maravilhas* (apres., trad. e notas: [Ricardo da Costa](#)). Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal - 95. São Paulo: Editora Escala, 2009.
- RAMON LLULL. “Proverbis de Ramon”. In: *ORL*, vol. XIV, 1928, p. 01-324.
- RAMON LLULL. “Arbre de Ciencia”. In: *OE*, vol. I, 1957, p. 547-1046.
- RAMON LLULL. “Llibre de contemplació”. In: *Obres Essencials (OE)*, Barcelona, vol. II, 1960, p. 97-1258.

- RAMON LLULL. *Libre de Evast e Blaqueria*. Barcelona: Editorial Barcino, 1981, 04 volumes.
- RAMON LLULL. *Lògica nova* (ed. Antoni Bonner). Palma: Nova Edició de les Obres de Ramon Llull (NEORL) 4. Patronat Ramon Llull, 1998.
- RAMON LLULL. *Llibre del Gentil e dels Tres Savis* (a cura d'Antoni Bonner). Palma: Patronat Ramon Llull, 2001.
- RAMON LLULL. *Començaments de Medicina. Tractat d'Astronomia* (a cura de Lola Badia). Palma: Patronat Ramon Llull, 2002, p. 1-120.
- RAMON LLULL. *Retòrica nova* (edició a cura de Josep Batalla, Lluís Cabré i Marcel Ortín). Turnholt/Santa Coloma de Queralt: Brepols/Obrador Edèndum, 2006.
- RAMON LLULL, [Arte breve](#) (trad. e notas: Ricardo da Costa e Felipe Dias de Souza).
- RAMON LLULL. [Da Árvore Exemplifical \(c. 1295-1296\)](#) (trad. e notas de Felipe Dias de Souza e Ricardo da Costa). Alicante: IVITRA, 2010.
- RAMON LLULL. [Doutrina para crianças \(c. 1274-1276\)](#) (trad. Ricardo da Costa e Grupo de Estudos Medievais da UFES III). Alicante: IVITRA, 2010.
- RAMON LLULL. [O Livro da Intenção \(c. 1283\)](#) (trad. Ricardo da Costa e Grupo de Estudos Medievais da UFES III). Alicante: IVITRA, 2010.
- RAMON LLULL. *Tractat d'Astronomia/Tratado de Astronomia* (apres., trad. e notas de Ricardo da Costa). Madrid: Palas Atenea Editora, 2016.
- Retórica a Herênio* (trad. e introd. de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra). São Paulo: Hedras, 2005.
- SAN ISIDORO DE SEVILLA. *Etimologías*. Madrid: BAC, MM, 2 volúmenes.
- SANTO AGOSTINHO. *A Doutrina Cristã, Manual de Exegese e Formação Cristã* (trad. de Ir. Nair de Assis Oliveira, csa). São Paulo: Paulus, 2002.
- TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Livraria Sulina Editora, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980.
- TREVISA, John. *On the Properties of Things: John Trevisa's Translation of Bartholomaeus Anglicus, de Proprietatibus Rerum: A Critical Text*. Oxford University Press, 1988.

Bibliografia

- COLOM I MATEU, Miquel. *Glossari General Lul.lià*. Mallorca: Editorial Moll, 1982-1985, 05 volumes.
- COSTA, Ricardo da. [“Santa Mônica: a criação do ideal da mãe cristã”](#). In: *Grupos de Trabalho III — Antigüidade Tardia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 21-35.
- COSTA, Ricardo da. *A Árvore Imperial – Um Espelho de Príncipes na obra de Ramon Llull (1232-1316)*. Niterói: Uff, Tese de doutoramento, 2000.

- COSTA, Ricardo da. “[A cavalaria perfeita e as virtudes do bom cavaleiro no Livro da Ordem de Cavalaria \(1275\), de Ramon Llull](#)”. In: FIDORA, A. e HIGUERA, J. G. (eds.) *Ramon Llull caballero de la fe. Cuadernos de Anuário Filosófico – Série de Pensamiento Español*. Pamplona: Universidad de Navarra, 2001, p. 13-40.
- COSTA, Ricardo da. “[Olhando para as estrelas, a fronteira imaginária final – Astronomia e Astrologia na Idade Média e a visão medieval do Cosmo](#)”. In: *Dimensões - Revista de História da UFES 14*. Vitória: EDUFES, 2002, p. 481-501.
- COSTA, Ricardo da. “[Revoltas camponesas na Idade Média. 1358: a violência da Jacquerie na visão de Jean Froissart](#)”. In: CHEVITARESE, André (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2002, p. 97-115.
- COSTA, Ricardo da. “[Duas imprecções medievais contra os advogados: as diatribes de São Bernardo de Claraval e Ramon Llull nas obras Da Consideração \(c. 1149-1152\) e O Livro das Maravilhas \(1288-1289\)](#)”. In: *Biblos*, Rio Grande, 21, 2007: p. 77-90.
- COSTA, Ricardo da. “[A Educação na Idade Média: a Retórica Nova \(1301\) de Ramon Llull](#)”. In: LAUAND, Luiz Jean (coord.). *Revista NOTANDUM*, n. 16, Ano XI, 2008, p. 29-38. Editora Mandruvá - Univ. do Porto.
- COSTA, Ricardo da. “[‘Maomé foi um enganador que fez um livro chamado Alcorão’: a imagem do Profeta na filosofia de Ramon Llull \(1232-1316\)](#)”. In: *Revista NOTANDUM*, n. 27, Ano XIV, set-dez 2011, p. 19-35 Editora Mandruvá - Univ. do Porto.
- COSTA, Ricardo da. “[A Eternidade de Deus na filosofia de Ramon Llull \(1232-1316\)](#)”. In: *Mundos medievales: Espacios, Sociedades y Poder. Homenaje al Profesor José Ángel García de Cortázar*. Santander: PubliCan, Ediciones de la Universidad de Cantabria, D.L., 2012, tomo II, p. 1215-1227.
- COSTA, Ricardo da. “[La Retòrica Nova \(1301\) de Ramón Llull: la Belleza a servicio de la conversión](#)”. In: BERLIN, Henry (coord.). *eHumanista/IVITRA. Volume 8, 2015 (A. Monogràfic I. Arts of Finding Truth: Approaching Ramon Llull, 700 Years Later)*, p. 28-43.
- COSTA, Ricardo da. “[Entendo por ‘céu’ a ciência e por ‘céus’ as ciências’: as sete Artes Liberais no Convivio \(c. 1304-1307\) de Dante Alighieri](#)”. In: CARVALHO, M., PICH, Roberto H., SILVA, Marco Aurélio O. da, OLIVEIRA, Carlos E. (orgs.). *Filosofia Medieval*. São Paulo: ANPOF, 2015, p. 333-355.
- COUTINHO, Priscilla Lauret e COSTA, Ricardo da. “[Entre a Pintura e a Poesia: o nascimento do Amor e a elevação da Condição Feminina na Idade Média](#)”. In: GUGLIELMI, Nilda (dir.). *Apuntes sobre familia, matrimonio y sexualidad en la Edad Media. Colección Fuentes y Estudios Medievales 12*. Mar del Plata: GIEM (Grupo de Investigaciones y Estudios Medievales), Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMdP), diciembre de 2003, p. 4-28.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, 02 volumes.
- FUENTES ISLA, Benito. “[La imagen de la virgen en los sellos](#)”, *Euskomedia Fundazioa*.

MALAXEVERRÍA, Ignacio. *Bestiario Medieval*. Madrid: Ediciones Siruela, 2000.

SERRA DESFILIS, Amadeo. “[La historia de la dinastía en imágenes: Martín el Humano y el rolo genealógico de la Corona de Aragón](#)”. In: *LOCVS AMENVS* 6, 2002-2003, p. 68-69.

¹ **Professor titular** do Departamento de Teoria da Arte e Música (DTAM) da UFES e do Doutorado internacional do Institut Superior d’Investigació Cooperativa IVITRA [ISIC-2012-022] *Transferencias Interculturales e Históricas en la Europa Medieval Mediterránea*. **Acadêmico correspondente no estrangeiro** da Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona. Site: www.ricardocosta.com.

² RAMON LLULL. *Retòrica nova* (edició a cura de Josep Batalla, Lluís Cabré i Marcel Ortín). Turnholt/Santa Coloma de Queralt: Brepols/Obrador Edèndum, 2006.

³ Tradução feita a partir da edição RAMON LLULL. *Retòrica nova* (edició a cura de Josep Batalla, Lluís Cabré i Marcel Ortín). Turnholt/Santa Coloma de Queralt: Brepols/Obrador Edèndum, 2006 (edição bilíngue latim/catalão). *Revisão gramatical*: Nayhara Sepulcri (CNPq-UFES). Aproveitamos também as eruditas notas explicativas desta edição, mas acrescentamos outras.

⁴ *A beleza intrínseca da palavra (verbo)* tem sua origem em Deus: “No princípio já existia o Verbo, e o Verbo estava com Deus; e o Verbo era Deus”. (Jo 1, 1); as relações entre Deus-Pai e Deus-Filho são explicadas por João através da *palavra personificada de Deus*. Portanto, quanto mais ordenadas forem as palavras graças à *Retórica*, melhor representarão a relação entre o Pai e o Filho.

⁵ Na *Lógica* medieval, um *sermão* era o enunciado de um juízo ou uma ideia.

⁶ Na verdade, essa sentença, tradicionalmente atribuída a Sêneca (4 a. C. - 65 d. C.) e frequentemente citada pelos moralistas medievais, é originária de uma antologia anônima do séc. II.

⁷ No original *decore* (de *decor* – o que convém, o que tem graça, encanto, formosura, beleza corporal, ornamento, enfeite; por sua vez, de *decus* – beleza moral, virtude). Segundo Cícero (106-43 a. C.) (*De officiis*, 1.96) “...aquilo que é concorde com a natureza, em que aparecem a medida e a temperança com certo esplendor de nobreza”.

Esse conceito faz com que a *Retórica* seja submetida à natureza, isto é, à razão e, assim, faz com que a *palavra retórica* realce a beleza inerente à coisa que ela alude.

⁸ *Congruência* – Harmonia duma coisa com o fim a que se destina; *coerência*.

⁹ Ao utilizar o adjetivo *torpe* (desonesto, infame, abjeto, repugnante, obsceno), Lull chama a atenção para a face moral da *Retórica*, exatamente como faz Aristóteles em sua obra *Retórica*.

¹⁰ A contraposição dos conceitos aristotélicos de *matéria* e *forma* era muito utilizada pelos *gramáticos modistas* de então.

¹¹ As palavras são essencialmente *belas* ou *feias* na medida em que seu significado reflete a nobreza ou vileza da ordem. Lull aplica a ontologia inerente à *lógica modista* – que pressupunham que os diversos modos da palavra refletiam os modos de ser das coisas – à sua visão hierárquica da realidade. Em termos linguísticos, os modistas atribuíam aos nomes uma *suppositio naturalis* (segundo Pedro Hispano [papa João XXI, 1210-1277], acepção que fazia com que um *termo comum* se referisse, por sua natureza, a todas as coisas partícipes dele (*Tractatus*, 6.4).

¹² Uma *dicção* é o *signo oral* que significa uma palavra. Ver THOMAS D’ERFURT (séc. XIII) (*Grammatica speculativa*, 6.11, “dicção é voz significativa”) e RAMON LLULL. *Llibre de contemplació*, 3.155.19 (*OE* II, p. 448): “Ah, Jesus Cristo, Senhor muito virtuoso e muito glorioso! O homem escreve a palavra em dicções para rapidamente entender os significados que as palavras demonstram. Assim, por isso, Senhor, a palavra é o objeto com o qual o entendimento pode ter as coisas significadas por elas”.

¹³ “Outro triângulo é de princípio, meio e fim, e nele entra tudo o que existe, pois o que existe ou existe no princípio, ou no meio, ou no fim, e nada pode ser encontrado fora desses princípios” – RAMON LLULL, *Arte breve*, 2.2.2 (trad. e notas: Ricardo da Costa e Felipe Dias de Souza).

¹⁴ A distinção entre *petição*, *acusação/escusação* e *conselho* tem certa correspondência com os tipos de discurso retórico ciceroniano (*demonstrativo*, *deliberativo* e *judicial*; CÍCERO, *De inventione*, 1.5). Lull pode ter-se baseado em Guilherme de Conches (1080-1145) (*Moralium dogma philosophorum*, I.B.2a), adaptação cristã do *De officiis* de Cícero, onde, ao tratar da *beneficência*, afirma que pode ser feita “dando conselho” com “acusações e defesas”.

¹⁵ Em latim, *miles pauper*. Para o tema, ver COSTA, Ricardo da. “[A cavalaria perfeita e as virtudes do bom cavaleiro no Livro da Ordem de Cavalaria \(1275\), de Ramon Lull](#)”. In: FIDORA, A. e HIGUERA,

J. G. (eds.) *Ramon Llull caballero de la fe. Cuadernos de Anuário Filosófico – Série de Pensamiento Español*. Pamplona: Universidad de Navarra, 2001, p. 13-40.

¹⁶ Em latim, *toro maritali gaudere* (em latim clássico significava *leito nupcial*, mas no latim medieval poderia também significar *dote matrimonial*).

¹⁷ Essa história é reportada por Sêneca (*De beneficiis*, 2.16) e era muito popular tanto na Antiguidade quanto na Idade Média.

¹⁸ A *Retórica* proporciona *prazer intelectual* porque as palavras belas facilitam a compreensão. Por exemplo, no “Prólogo” da *Árvore exemplifical*, Llull enaltece os *exemplos* porque através deles “...pode-se ter hábito universal para se entender muitas coisas prazerosas de se entender e de se ouvir”. RAMON LLULL. *Da Árvore Exemplifical (c. 1295-1296)* (trad. e notas de Felipe Dias de Souza e Ricardo da Costa). Alicante: IVITRA, 2010, p. 2.

¹⁹ Na *Arte breve* (10.12.37), “*Beleza* é uma bela forma recebida pela visão, pela audição, pela imaginação, pelo conceito e pela deleitação” (trad. e notas: Ricardo da Costa e Felipe Dias de Souza).

Tratamos especificamente dessa parte da *Retórica Nova* em COSTA, Ricardo da. “*La Retórica Nova (1301) de Ramón Llull: la Belleza a servicio de la conversión*”. In: BERLIN, Henry (coord.). *eHumanista/IVITRA. Volume 8, 2015 (A. Monogràfic I. Arts of Finding Truth: Approaching Ramon Llull, 700 Years Later)*, p. 28-43.

²⁰ Gramaticalmente, uma *disjunção* é a supressão de uma conjunção copulativa (ou aditiva), em uma sequência de frases.

²¹ Llull aceita a teoria do *hilemorfismo universal*: exceto Deus, todos os seres, inclusive os espirituais, são compostos de matéria, ou melhor, pela tríade correlativa forma – matéria – conjunção (“A substância naturalmente tem em si primeiramente a forma, a matéria e a conjunção, que são de sua essência”, *Lógica nova*, 3.1). Esta teoria, de origem estoica – os estoicos afirmavam que todo ser era corporal – esteve presente em Agostinho (*Da Trindade*, 3.1.5) foi defendida por São Boaventura (1221-1274) (*In quatuor libros Sententiarum*, 3, p.1, a.1, q. 1) e admitida por muitos franciscanos. Contudo, foi difundida na Idade Média por Avicébron (ou Ibn Gabirol, 1020-1069, em *Fons vitae*, 4.7-9), que admitia a existência de uma matéria universal. Ver também § 39.

²² Os medievais acreditavam que a matéria dos astros era incorruptível (segundo Aristóteles, *De caelo*, 1.3). Ver COSTA, Ricardo da. “*Olhando para as estrelas, a fronteira imaginária final – Astronomia e Astrologia na Idade Média e a visão medieval do Cosmo*”. In: *Dimensões - Revista de História da UFES 14*. Vitória: EDUFES, 2002, p. 481-501, e COSTA, Ricardo da. “*Entendo por ‘céu’ a ciência e por ‘céus’ as ciências*”: *as sete Artes Liberais no Convívio (c. 1304-1307) de Dante Alighieri*”. In: CARVALHO, M., PICH, Roberto H., SILVA, Marco Aurélio O. da, OLIVEIRA, Carlos E. (orgs.). *Filosofia Medieval*. São Paulo: ANPOF, 2015, p. 333-355.

²³ “Nobreza da alma que move o corpo àquelas coisas pelas quais possa ter nobres atos”, *Lógica nova*, 4.3.97 (NEORL 4, p. 78).

²⁴ “...que advoga por uma causa”, tradução do participio latino *proloquens* (no latim medieval, *proloquim* podia significar Advocacia).

²⁵ A *afeição* é o sentimento que comove a alma. Na *Retórica*, é a *paixão* (Aristóteles, *Retórica*, 3.12 [1413b]), com a qual o falante cativa e comove seus ouvintes. Segundo Cícero (*De oratore*, 1.87), a *afeição* faz com que “...os ouvintes sejam afetados da maneira com que o orador deseje”.

²⁶ A *continuidade* é “...a mistura das partes, uma das quais esteja na outra. E a razão existe para que a quantidade contínua possa ter sujeito”, *Lógica nova*, 4.3.94 (NEORL 4, p. 78).

²⁷ O poder persuasivo dos *exempla* era um tema muito comum nos tratados de *Retórica*: Aristóteles (*Retórica*, 2.20 [1393a -1394b]), *Ad Herennium* (4.62) Quintiliano (*Institutio oratoria*, 5.11), e foi muito explorado pela literatura medieval.

²⁸ Teoria do *hilemorfismo universal*. Ver § 23.

²⁹ Deus intervém no universo através do microcosmo configurado pelas virtudes da natureza humana, na qual Se encarnou. Essa ideia, da cosmologia antiga, tornou-se um lugar comum na *Patrística*. Por exemplo, em Gregório, o Grande (590-604) (*Homiliae in Evangelia*, 29.2). É um tema central no pensamento luliano.

³⁰ O sentido da vida humana é descrito em termos feudais: um serviço que consiste em uma honra que o vassalo (no caso, a humanidade) presta a seu senhor (Deus).

³¹ O *eclesiástico hipócrita* é um tópico nos exemplários medievais. Segundo a *Doutrina para crianças* (82.6), o religioso falso e hipócrita é o mais malvado que existe, porque “...é mais contrário à religião que qualquer outro homem”. RAMON LLULL. *Doutrina para crianças (c. 1274-1276)* (trad. Ricardo da Costa e Grupo de Estudos Medievais da UFES III). Alicante: IVITRA, 2010.

³² Por fazer parte do *mundo supralunar* – segundo a teoria cosmológica medieval – o Sol não contém nenhum dos quatro elementos e, por isso, se pensava que ele não tinha qualidade de ser quente. Não obstante, “o Sol e o fogo se assemelham em claridade” (*Félix*, 18), e move o fogo a iluminar e aquecer (*NEORL* 5, p. 182), pois tem a capacidade de influir sobre as qualidades próprias do mundo sublunar (Bartolomeu, *o Inglês, De proprietatibus rerum*, 8.1).

³³ Doutrina astronômica comum na Idade Média (por exemplo, ver Alberto, *o Grande* [1193-1280], *De caelo*, 2.3.6, e Bartolomeu, *o Inglês (De proprietatibus rerum)*, 8.28).

³⁴ Em todos os *bestiários medievais*, o Leão é o grande senhor, embora receia a astúcia do homem. Ver *Félix* (7.37-38), MALAXEVERRÍA, Ignacio. *Bestiario Medieval*. Madrid: Ediciones Siruela, 2000, e *Bestiarius* (a cura de Saverio Panunzio). Barcelona: Editorial Barcino, 1964, vol. II. Ver também *Bestiários – o Leão* (trad. e notas de Ricardo da Costa).

³⁵ A *agudeza da visão da águia* era um lugar comum nos textos medievais. Veja, por exemplo, Isidoro de Sevilha (560-636) (*Etimologias*, 12.7.10-11: “A águia recebe seu nome devido à agudeza de sua visão, pois se diz que é tão penetrante que quando se mantém imóvel sobre os mares e mantida por suas asas a uma tal altura que não é visível ao olho humano, ela, de tão elevada altura, vê nadar os peixinhos e se precipita sobre eles como um raio e, prendendo-os, volta à costa”), e Alain de Lille (c. 1128-1202) (*Distinctiones dictionum theologicalium*, PL 210, col. 706b).

³⁶ Os *exemplários medievais* destacavam essa aparente contradição natural. Por outro lado, os naturalistas ressaltavam o *habitat* dos peixes (por exemplo, Bartolomeu, *o Inglês, De proprietatibus rerum*, 13.26).

³⁷ Essa estória se encontra no *Livro das Bestas* (*Félix*, 40).

³⁸ Uma fábula semelhante se encontra no *Livro das Bestas* (*Félix*, 37-43).

³⁹ Essa narrativa encontra-se no *Llibre d’Evas e Blaquerua*, 52, e também na *Árvore Exemplifical* (“Dos provérbios do tronco imperial”, *ORL*, vol. XII, tomo II, 1923, p. 377).

“Na tradição do bestiário medieval ibérico, a *pomba* simbolizava uma das mais altas virtudes que o homem pode ter: a providência (*providentia*), para os medievos, esta ação que Deus exercia sobre o mundo enquanto vontade que conduzia os acontecimentos para os seus fins (...) O *símio* representava os vícios do condenado, a caricatura do homem. Nos séculos XII e XIII era frequente o emprego metafórico da palavra *simia* (...) Por exemplo, no século XII, Alain de Lille (*Sententiae* [PL, 210, 249D]): “*quid mundanae potestates, nisi potestatum histriones? Quid saeculares dignitates, nisi dignitatum larvae et simiae?* (Que são os poderosos mundanos senão histriões do poder? Os dignitários seculares, senão máscaras e macacos das dignidades?) – COSTA, Ricardo da. *A Árvore Imperial – Um Espelho de Príncipes na obra de Ramon Llull (1232-1316)*. Niterói: Uff, Tese de doutoramento, 2000, p. 220-221.

⁴⁰ “**1.** Pessoa comum é o homem que a ordem de muitos homens está confiada; (...) **8.** Boa pessoa comum é centro de virtudes, e má, de vícios; **9.** Boa pessoa comum é imagem de Deus, e má, de Lúcifer; **10.** Quem se opõe à pessoa comum, se opõe a muitos; (...) **12.** Quem faz honra à pessoa comum, faz honra a muitos; (...) **18.** Os olhos da pessoa comum veem longe; **19.** Os ouvidos da pessoa comum escutam por trás das paredes...” RAMON LLULL, *Proverbis de Ramon*, *ORL*, vol. XIV, 1928, p. 298-299. Portanto, *pessoa comum* é aquela que tem um cargo de governo.

⁴¹ ISIDORO DE SEVILHA, *Etimologias*, 17.9.18: “O lírio é uma planta de flor láctea, daí seu nome, pois é como se disséssemos *liclia*. Embora seja branca a cor de suas pétalas, ela resplandece em seu interior com um brilho de ouro”.

⁴² Na Idade Média, o Sol era considerado um dos sete planetas móveis. Ver RAMON LLULL. *Tractat d’Astronomia/Tratado de Astronomia* (apres., trad. e notas de Ricardo da Costa). Madrid: Palas Atenea Editora, 2016, cap. 1.2 (*Os Planetas*): “O Sol é quente, seco, tem a compleição do fogo, é masculino e diurno. Seu metal é o ouro, seu dia o domingo. É ambivalente: bom pelo calor e doente pela secura, pois com o calor gera e com a secura corrompe. É senhor de **Leão** e completa seu curso em um ano.

⁴³ Descrição que corresponde ao girassol (*solsequia*), segundo Isidoro de Sevilha (*Etimologias*, 17.9.37): “O heliotrópio recebeu esse nome porque começa a florescer no solstício de verão, ou porque gira suas folhas seguindo o curso do Sol. Por isso, os latinos o chamam *solsequia*. Ao nascer o Sol ele abre suas flores, e quando este se põe, ele as fecha”.

⁴⁴ A mesma comparação é feita no § 34. Veja Bartolomeu, *o Inglês (De proprietatibus rerum)*, 13.45).

⁴⁵ “A honra do rei é sustentada pela justiça”, RAMON LLULL, *Proverbis de Ramon*, 42.12. Na época de Llull, a ideia de que a realeza se justificava pelo seu serviço à justiça era central entre os defensores de uma *concepção secular do poder político*. Veja DANTE, *Da Monarquia*, 1.11.19.

⁴⁶ O *ímã* (*caramida*) é o mineral que tem a propriedade de atrair o ferro (*Arbre de ciència*, 1.42, *OE I*, p. 578). A excelência da esmeralda acima de todas as outras gemas era um lugar comum nos textos da época (veja, por exemplo, Isidoro de Sevilha, *Etimologias*, 16.7.1).

⁴⁷ A *Retórica Nova* pertence à chamada *fase ternária* (1290-1315) do pensamento de Llull, quando as *dignidades divinas* (para ele, *princípios constitutivos de toda a realidade*) são perceptíveis nos elementos, em seus compostos e nas criaturas.

⁴⁸ Nessa passagem fica claro que, para Llull, a *Retórica* exige um *comportamento físico adequado*, isto é, *comedido*, particularmente nos gestos e na expressão corporal. Além disso, os conselhos relacionados à tosse e às cusparadas fazem parte do *processo civilizador*, conceito criado pelo sociólogo Norbert Elias em sua magistral obra *O Processo Civilizador* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, 02 volumes).

⁴⁹ Mais uma passagem ilustrativa das exigências de postura quando de um discurso retórico dirigido a uma autoridade.

⁵⁰ Os ditados (*dictamina*), que devem ser distinguidos da *dicção* (§ 9), eram as composições resultantes da junção das palavras, frases e orações (*sermones dictare* ou *componere*, § 1) e que configuravam um texto. Veja o *Llibre de contemplació*, Prólogo, 24 (*OE*, II, p. 108).

⁵¹ Para Llull, as conjunções são torpes quando unem, equiparando-os, substantivos que significam realidades hierarquicamente distantes: “rainha” e “serva”, por exemplo.

⁵² No latim, as palavras *vacantem et ferventem*, traduzidas por “diligente e fervente” (“ativo, zeloso, aplicado”, e “ardente, caloroso, fervoroso”) são participios do presente dos verbos *diligere* (diligenciar) e *fervere* (ferver).

⁵³ A *curialidade* (Veja *Árvore da Ciência*, 6.2.3.29, *OE*, I, p. 659) ou a *cortesia* (Veja o *Livro dos Mil Provérbios*, 37) era uma virtude característica da nobreza medieval. Não somente significava o trato refinado e respeitoso que deveria se esperar de quem frequentava a cúria real, mas também tinha uma *dimensão ética*; cf. § 192, onde o *afeto filial* é considerado uma *virtude curial*.

⁵⁴ Em latim, as palavras *intelligens et placens*, traduzidas por “inteligente e complacente”, são participios do presente dos verbos *intelligere* e *placere*.

⁵⁵ *Exornar* (do latim *exornare*) – ornamentar, ornar, adornar, enfeitar, engalanar.

⁵⁶ A mesma definição se encontra em *Proverbis de Ramon*, 1 Prólogo (ORL 14, p. 1): “Um provérbio é uma exposição breve que contém em si muita sentença”. Uma *sentença* é um dito que expressa um significado profundo. Veja também o *Llibre d’Evast e Blaqueria*, 77.

⁵⁷ Os cinquenta provérbios seguintes correspondem, na mesma ordem, aos que se encontram nos *Proverbis d’ensenyament*, 135-225 (ORL 14, p. 386-389).

⁵⁸ Infelizmente, a tradução de poemas e provérbios sofre com a perda das rimas do texto original!

⁵⁹ Isto é, para ter honra, não julgue nada duramente.

⁶⁰ E também: “Foge do homem irado e fugirás do mal”, *Livro dos Mil Provérbios*, 47.12.

⁶¹ A primeira frase é muito semelhante à Is 7, 9 da *Vetus latina* (uma versão diferente da *Vulgata*). Agostinho recorreu a essa mesma versão para explicar a inteligibilidade da fé cristã (*De doctrina christiana*, 2.17).

⁶² Isto é, se você é uma pessoa generosa e divide o que sabe com os outros, naturalmente quer saber o que ignora, e não demonstra vergonha por não saber. Por exemplo, veja esse trecho do *Didascálicon* (1127) de Hugo de São Vítor: “O estudante prudente, portanto, ouve todos com prazer, lê tudo, não despreza escrito algum, pessoa alguma, doutrina alguma. Pede indiferentemente de todos aquilo que vê estar-lhe faltando, nem leva em conta quanto sabe, mas o quanto ignora. Aprenda de todos com prazer aquilo que você não conhece, porque a humildade pode tornar comum para você aquilo que a natureza fez próprio para cada um” (Livro III, cap. 13).

⁶³ “...para que não sejas superado”, isto é, derrotado pelos vícios.

⁶⁴ A mensagem é clara: enquanto tiver saúde (física e mental) faça o bem e não pense no futuro (ou no que você pode ganhar com o bem que faz).

⁶⁵ § 20.

⁶⁶ § 28.

⁶⁷ Conforme a *Ars consili* (3.14), a bondade é “...o princípio que é digno de bonificar, sem o qual a bondade seria ociosa, pois não existe bonificante e bonificado sem o bonificar”.

⁶⁸ § 22-24.

⁶⁹ “...pelo qual existe” – expressão que se refere à teoria luliana da primeira intenção: “Filho, como a intenção de Deus é tão alta em excelência de virtude, Deus é inteligível e amável por Si mesmo, e criou a intenção em ti para que com ela O entendas e O ames por Sua bondade e Sua perfeição” (*O Livro da Intenção* [c. 1283], 2.3).

⁷⁰ “Por isso Deus o sobreexaltou grandemente / e o agraciou com o Nome / que é sobre todo o nome, / para que, ao nome de Jesus, / se dobre todo joelho dos seres celestes, / dos terrestres e dos que vivem sob a terra, / e, para glória de Deus, o Pai, / toda língua confesse: / Jesus é o Senhor.” – Fl 2, 9-11. Como Ramon poucas vezes cita suas fontes, é notável essa citação que faz de São Paulo, justamente na parte da

Retórica Nova dedicada à grandeza das palavras. Isso não só pela similitude da personalidade de ambos – o mesmo caráter apaixonado, a alma de fogo que se consagra sem limites a um ideal, o zelo incondicional e o estilo fogoso – mas sobretudo o fato de o hino rimado paulino, composto para ser um apelo à unidade na humildade, ser considerado uma verdadeira efusão do coração, o que é mais uma semelhança com muitos textos lulianos.

⁷¹ Essa história era atribuída ao imperador Trajano (53-117). É possível que Lull tenha tido informação dessa narrativa em um dos *exempla* que circulavam em seu tempo, e que situavam a estória na Índia. Veja ARNAU DE LIEGE, *Recull d'exemples i miracles ordenat per alfabet*, 357-358 (ENC / B 24, II, p. 42-43). A estória também foi citada por Dante em sua *Divina Comédia* (“Purgatório”, X, 70-93), embora sem o detalhe da prisão do imperador narrado por Ramon: “Mudei para além do lugar onde estava, / para ver de mais perto uma outra história / que, ao lado de Micol, já branquejava. / Era historiada ali a suma glória / do romano exemplar cujo valor / moveu Gregório a obter-lhe a grã vitória; / eu falo de Trajano imperador / e da velhinha que lhe estava ao freio, / em postura de pranto e de grã dor. / Era, o lugar, de cavaleiros cheio, / e as águias de ouro, sobre eles ao vento / alçadas, simulavam seu ondeio. / A pobrezinha, nesse ajuntamento, / via-se dizer: “Senhor, faz-me vingança / do filho meu, morto, que é meu lamento”. / E ele lhe respondeu: “Tem confiança / até eu voltar”, e ela: “Meu Senhor”, / como pessoa que a dor não abonança, / “e se não voltares?”, e ele: “O sucessor / meu o fará”, e ela: “De outro o bem / a que te valerá, se teu não for?” / E ele então: “Te conforta, pois convém / que o meu dever cumpra antes que me mova: / justiça o ordena, e pesar me retém”. – DANTE ALIGUIERI. *A Divina Comédia. Purgatório* (trad. e notas de Ítalo Eugenio Mauro). São Paulo: Ed. 34, 1998, p. 69-70.

⁷² § 15.

⁷³ De acordo com a *Lógica Nova* (4.3.4, NEORL 4, p. 70), “Duração é a propriedade em razão da qual a bondade, a grandeza, etc., duram, pois assim como tudo que é quente o é por qualidade, tudo quanto existe dura por duração”.

⁷⁴ § 181.

⁷⁵ Para a posição de Lull frente a Maomé e ao Islã, ver COSTA, Ricardo da. “[‘Maomé foi um enganador que fez um livro chamado Alcorão’: a imagem do Profeta na filosofia de Ramon Llull \(1232-1316\)](#)”. In: *Revista NOTANDUM*, n. 27, Ano XIV, set-dez 2011, p. 19-35 Editora Mandruvã - Univ. do Porto.

⁷⁶ “Poder é o que a bondade e as outras podem ser o que são, e podem fazer o que fazem”, *Árvore da Filosofia do Amor*, 1.4.

⁷⁷ “...espirar o Espírito Santo” – na filosofia luliana, o verbo espirar se refere ao ato de amor divino de criar o Filho e o Espírito Santo, mas também o ato do Espírito Santo de iluminar a criatura humana (*GGL*, vol. II, 1983, p. 355). Portanto, ultrapassa e muito o sentido em português, que é o de exalar, desprender, emanar, emitir sopra.

⁷⁸ O *lume da glória* é o dom divino que faz a criatura racional deiforme (conforme com Deus), para que ela possa contemplar misticamente a Deus. Ver Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, I, q. 12, a.5.

⁷⁹ De acordo com a *Lógica Nova* (4.3.6, NEORL 4, p. 71), “Sabedoria é a propriedade por razão da qual o sábio entende, isto é, o entendimento é a potência ou razão pela qual tudo quanto é inteligível é inteligível”, e sua origem encontra-se em Deus: “Amável filho, Nosso Senhor Deus é sabedoria, e Deus é o Espírito Santo. Assim, se Deus é sabedoria e tu tens conhecimento da sabedoria de Deus, convém que aquele dom da sabedoria venha de Deus e não de outro, pois se viesse de outro, significaria que a sabedoria conviria melhor a outro que a Deus, e isso é impossível” (*Doutrina para crianças*, XXX, 1).

⁸⁰ Segundo os *Provérbios de Ramon* (242.1, ORL 14, p. 265), a discrição é “o ato ordenado de amar e entender”, mas aqui nesse caso tem o sentido restrito de dizer somente aquilo que se deve.

⁸¹ “Quantidade discreta é o número de uma substância”, *Provérbios de Ramon* (129.14, ORL 14, p. 133).

⁸² A *virtude de uma coisa inanimada* é a força com a qual Deus dotou-a para que possa ajudar o homem. Veja, por exemplo, o *Livro do Gentio e dos Três Sábios*, Prólogo (NEORL 2, p. 8). Além disso, na terminologia médica medieval “virtude” significa a capacidade curativa das ervas e dos minerais (*Començaments de medicina*, NEORL 5, p. 80-81).

Em relação às *virtudes morais e teologais*, as primeiras são as clássicas – prudência, justiça, fortaleza e temperança. Desde Platão e Aristóteles, o conceito foi entendido, para o primeiro (“virtudes cardeais”), como uma capacidade de realizar uma tarefa determinada (*A República*, I, 353a); para o segundo (“virtudes morais” ou “excelência moral”), como um hábito racional, que tornaria o homem bom (*Ética a Nicômanos*, II, 2, 1103b, e II, 6, 1106). A tradição veterotestamentária também se valeu das virtudes cardeais como necessárias ao rei sábio. No *Livro da Sabedoria* a esposa ideal do rei Salomão é a própria *Sabedoria* (provavelmente, numa interpretação alegórica da expressão hebraica “mulher forte” contida nos *Provérbios* [Pr 31, 10]). A *Sabedoria* evoca a eficiência e as virtudes, que são frutos da *Justiça*: “Ama alguém a justiça? As virtudes são seus frutos; ela ensina a temperança e a prudência, a

justiça e a fortaleza, que são, na vida, os bens mais úteis aos homens (Sb, 8, 7)”. Por outro lado, as *virtudes teológicas* (fé, esperança e caridade), que se encontram em São Paulo (1Cor). Ao comentar o uso e a hierarquia dos *carismas* – um dos problemas cruciais do cristianismo primitivo – São Paulo, numa famosa passagem, trata da importância da caridade (“Ainda que eu falasse línguas, as dos homens e as dos anjos, se eu não tivesse a caridade, seria como um bronze que soa ou como um címbalo que tine” [1Cor, 13, 1]. Ver COSTA, Ricardo da. *A Árvore Imperial – Um Espelho de Príncipes* na obra de Ramon Llull (1232-1316). Niterói: Uff, tese de doutorado, 2000, p. 118-120.

⁸³ Sobre a verdade das palavras, veja § 27.

⁸⁴ Para os gramáticos e lógicos medievais, a voz (*vox*) era objeto de estudo enquanto signo.

⁸⁵ Nesse exemplo, as palavras parecem verdadeiras por sua correção gramatical, mas mostram que são falsas por sua falsidade significativa.

⁸⁶ “Semelhança é o hábito assemelhado para que o semelhante e o assemelhado possam participar”, *Lógica Nova* (4.3.69, *NEORL 4*, p. 76).

⁸⁷ “Suposição é a credulidade de antecedente para que se possa haver a ciência da consequência, pois a suposição é matéria do entendimento investigativo e prático”, *Lógica Nova* (4.3.81, *NEORL 4*, p. 77).

⁸⁸ Para a distinção entre sentido próprio e apropriado, veja § 185.

⁸⁹ Ramon defende que a fé baseada em simples argumentos de autoridade é somente um “ato apropriado” do entendimento. Ato próprio do entendimento daquele que crê deve ser a compreensão de *razões demonstrativas e necessárias*, resultado de uma autêntica discussão teológica. Veja o *Livro do Gentio e dos Três Sábios*, Prólogo (*NEORL 2*, p. 12). Ao contrário do que faziam alguns escolásticos, Llull não contrapunha razão e fé, pois para ele a fé é o lume racional que Deus deu aos homens para que eles entendessem como são realmente as coisas criadas. Portanto, a fé é um ato de compreensão intelectual e não um ato de renúncia do entendimento (veja, por exemplo, a *Declaratio Raimundi*, 16 [*ROL 17*, *CCCM 79*, p. 28]).

⁹⁰ As palavras são gloriosas porque participam do princípio da glória divina, que é “...aquele deleite na qual a bondade, a grandeza, etc., repousam, pois assim como na essência da bondade ou em seu gênero não podem haver o mal, na essência da glória ou em seu gênero não podem existir trabalho nem sofrimento”, *Lógica Nova* (4.3.10, *NEORL 4*, p. 71).

⁹¹ O *apetite universal do bem* (*apetite* – princípio que impele o ser vivo à ação para satisfazer uma necessidade ou desejo; parte diretiva da alma) é um dos temas centrais da tradição filosófica clássica – Platão (*República*, 6), Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 1.1-4 (1094a - 1096b), Plotino (*Enéadas*, 6.9) – e muito rapidamente foi acolhido pelos pensadores cristãos (por exemplo, já em Agostinho, em sua obra *A Cidade de Deus*, 8, 8).

⁹² Como os nove primeiros princípios são absolutos, devem ser tratados separadamente; os nove restantes, por serem relativos, são tratados em tríades, que configuram os três triângulos da **Figura T** da *Arte Luliana*.

⁹³ Veja § 1.

⁹⁴ “Diferença é aquilo em razão do qual a bondade, a grandeza, etc., são razões que não são confusas, porque a diferença é a causa da bondade ser uma razão, a grandeza outra, etc. O mesmo ocorre com seus atos, como o bonificar, que é ato de bondade, não de grandeza, e o magnificar, que é ato da grandeza, não da bondade. Por isso, a diferença é luz do entendimento para que se conheça as coisas, como a luz da visão, para que se atinjam os entes visíveis. Isso é o que deseja a regra de C.”, *Lógica Nova* (2.3, *NEORL 4*, p. 29).

⁹⁵ A respeito da dicção, veja § 10.

⁹⁶ “Concordância é aquilo em razão do qual (...) muitas coisas concordam em um termo *a quo*, para que tendam a um termo *ad quem*.”, *Lectura artis*, 2.11 (*ROL 22*, p. 358).

⁹⁷ “A contrariedade é uma resistência mesclada por razão de diversos fins.”, *Arbre de filosofia desiderat*, 3.3 (*ORL 17*, p. 412).

⁹⁸ “...aquele que advoga por uma causa”, tradução do particípio latino *proloquens* (no latim medieval, *proloquim* podia significar advocacia).

⁹⁹ Meio é o “...sujeito no qual o fim influi no princípio sua semelhança, e o princípio a reflui – e o meio sabe a natureza de cada um”, *Proverbis de Ramon*, 117.1 (*ORL 14*, p. 17).

¹⁰⁰ Sobre a tríade princípio-meio-fim veja § 13.

¹⁰¹ § 13-19.

¹⁰² No sentido figurativo, um pomo (ou poma) é qualquer esfera ou bola.

¹⁰³ Na Idade Média o pomo era um dos símbolos da realeza (além da coroa e do cetro). No século XIII, por exemplo, Navarra adotou o pomo real como emblema. Ver FUENTES ISLA, Benito. “[La imagen de la virgen en los sellos](#)”, *Euskomedia Fundazioa*.

“El pomo fue al principio una insignia imperial que simbolizaba la soberanía universal. La esfera surmontada por una cruz representaba el cosmos y fue adoptada por los emperadores germánicos en el siglo XI. Su uso en la monarquía aragonesa es más tardío, pues se remonta a la coronación de Pedro II *el Católico*, cuando el papa Inocencio III le otorgó este símbolo en detrimento de los derechos antes exclusivos del emperador. En su *Crònica* Ramón Muntaner describe el orbe aragonés empleado en la ceremonia de coronación de Alfonso IV el Benigno en 1328: “E lo pom era d’or e havia dessús una flor d’or ab pedres precioses; e sobre la flor, una creu molt rica e honrada de belles pedres precioses”. En aquella ocasión un juglar recitó en el banquete sucesivo unos versos que explicaban el significado del pomo: igual que el orbe está sujeto por la mano del rey, los reinos están en poder del monarca. Aunque su uso no era anterior a la ceremonia de 1204, todos los reyes privativos de Aragón y los condes reyes de la Corona unificada, incluyendo a Ramón Berenguer IV, llevan en su mano izquierda el orbe con la cruz. Como la corona de florones, se trata de un atributo propio de la casa real de Aragón, pues la cruz patada que monta sobre el pomo puede identificarse como la cruz de Aragüés o de Íñigo Arista, alusiva a las raíces en el condado de Sobrarbe del primitivo reino aragonés. Es muy probable que el interés de Pedro IV por la figura de Íñigo Arista y los orígenes históricos del Reino de Aragón implicase la recuperación de esta seña de identidad.” – SERRA DESFILIS, Amadeo. “[La historia de la dinastía en imágenes: Martín el Humano y el rolo genealógico de la Corona de Aragón](#)”. In: *LOCVS AMÆNVS* 6, 2002-2003, p. 68-69.

¹⁰⁴ Para o tema das dignidades, veja § 64.

¹⁰⁵ Como o “ser” é anterior ao “ser rainha”, a palavra “ser” também é anterior e mais simples que a palavra “rainha”: “Os entes simples são anteriores que os compostos por essência”, *Començaments de filosofia*, 2.17 (NEORL 6, p. 108).

¹⁰⁶ “Maioridade é a imagem da imensidão da bondade, da grandeza, eternidade, etc., porque a maioridade e a imensidão são mais concordantes que a finitude e a menoridade”, *Lógica nova*, 4.3.166 (NEORL 4, p. 172). Veja também a *Árvore da Ciência*, 1.16 (OE I, p. 561).

¹⁰⁷ Como as *categorias aristotélicas*, as nove regras da *Arte* luliana indicam as possíveis maneiras de se pensar corretamente (*Ars compendiosa inveniendi veritatem*, 3 [MOG 5, p. 37-65]). Por volta de 1293-1294, Ramon passou a antepor uma questão inicial, *de utrum* (“se existe”), contando dez questões (por exemplo, na *Taula general* 3 [ORL 16, p. 337-354], na *Arbre de filosofia desiderat* [ORL 17, p. 423-439] e na *Lógica nova*, 1.6 (NEORL 4, p. 15)).

¹⁰⁸ Uma questão é uma pergunta para se descobrir o que não se sabe (*Lógica nova*, 1.6 (NEORL 4, p. 14)). Por sua vez, as regras e questões são gerais porque pretendem esgotar todas as formas possíveis de investigação.

¹⁰⁹ Ao considerar que a palavra tem como base um som vocal (*vox significativa*), Ramon segue Aristóteles (*De interpretatione*, 2, 16a 19, *Poetica* 20, 1457a 10).

¹¹⁰ Essa *palavra mental* é a linguagem prévia a qualquer tipo de expressão sensível, oral ou escrita (veja, a seguir, § 186). A descoberta da *linguagem mental* é atribuída aos estoicos (a distinção entre o *discurso interior* e o *discurso proferido* – Sexto Empírico, *Adversus mathematicus*, 8.275-276). Contudo, essa teoria formava parte do patrimônio comum da *Antiguidade Tardia*, rapidamente adotada pela *Patrística* (Agostinho, *Da Trindade*, 15.10-11 e 17-21) e posteriormente assumida por todos os teólogos e lógicos medievais (por exemplo, Guilherme de Ockham, *Summa logicae*, 1.1). Llull explicita ainda melhor suas idéias sobre a linguagem em sua obra *Liber de affatu*, de 1294.

¹¹¹ § 181.

¹¹² Um *destrier* era um cavalo de batalha. Considerado o mais resistente, forte e ágil para a guerra, tinha o pescoço arqueado e era também usado em torneios. A palavra *destrier* não se refere a uma raça, mas a um tipo de cavalo. Costumavam ser garanhões (enquanto os muçulmanos preferiam fêmeas). Era conduzido a pé pelo escudeiro para que estar descansado na hora do combate e pronto para seu cavaleiro. Era um cavalo caro: poderia custar várias vezes o preço de uma vaca.

¹¹³ O filósofo discorre aqui sobre a congruência do verbo *requerer* em relação ao *rogar*. Em seu pensamento, *requerer* significa *investigar* (ver, por exemplo, *Llibre d'Evast e Blaquerna*, 43), ação ligada diretamente à perspectiva científica. Já o verbo *rogar* tem o mesmo significado que na língua portuguesa (pedir, suplicar; ver *Fèlix*, 121). Curiosamente, por fim, do ponto de vista estético-retórico, em Português ocorre exatamente o contrário: *rogar* é uma palavra mais bela do que *requerer* (esta última mais seca, associada ao universo jurídico).

¹¹⁴ *Palavra própria* – além de necessária para seu sujeito, é causa dele; *palavra apropriada* – não é nem necessária, nem causa de algo. *Lógica nova*, 2.4g.

¹¹⁵ No original *veguer* (do latim *vicariu*, escravo) – magistrado que recebia a jurisdição do rei para governar e administrar a justiça em uma comarca ou distrito do reino. Tratava-se de um poder exercido por delegação de outrem. Ver *GGL*, vol. V, 1985, p. 312.

¹¹⁶ A palavra *rainha* tem uma *qualidade própria* (é *bela*) e uma *apropriada* (é *boa*). Veja § 9-10 (a *beleza é forma essencial* da rainha e a *bondade forma accidental*).

Uma das particularidades da *elevação da condição feminina* na Idade Média é seu *pensamento estético* em relação à mulher – especialmente à mãe (nesse caso, certamente uma herança judaica, mas sobretudo a partir das *Confissões* de Santo Agostinho). Consideravam os medievais que a *beleza* era um atributo tipicamente feminino. Por exemplo, o abade Guiberto de Nogent (c. 1055-1124) referiu-se à beleza de sua mãe como “quase um espelho da eterna beleza de Deus (*De vita sua*, 1.2). Para o tema, ver COSTA, Ricardo da. “[Santa Mônica: a criação do ideal da mãe cristã](#)”. In: *Grupos de Trabalho III – Antigüidade Tardia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 21-35, e COUTINHO, Priscilla Lauret e COSTA, Ricardo da. “[Entre a Pintura e a Poesia: o nascimento do Amor e a elevação da Condição Feminina na Idade Média](#)”. In: GUGLIELMI, Nilda (dir.). *Apuntes sobre familia, matrimonio y sexualidad en la Edad Media. Colección Fuentes y Estudios Medievales 12*. Mar del Plata: GIEM (Grupo de Investigaciones y Estudios Medievales), Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMdP), diciembre de 2003, p. 4-28.

¹¹⁷ § 181.

¹¹⁸ Para esse capítulo ver COSTA, Ricardo da. “[A Educação na Idade Média: a Retórica Nova \(1301\) de Ramon Llull](#)”. In: LAUAND, Luiz Jean (coord.). *Revista NOTANDUM*, n. 16, Ano XI, 2008, p. 29-38. Editora Mandruvá - Univ. do Porto.

¹¹⁹ As dez seções seguintes são precedidas por um provérbio (que talvez tenha sido rimado em catalão), embora o texto latino não o permita (veja, por exemplo, o *Livro dos Mil Provérbios*, onde eles são redigidos em forma de sentenças em prosa, e a *Árvore exemplifical*, onde Llull combina provérbios e histórias [*recontaments*]). Além disso, cada parte tem uma história edificante – em alguns manuscritos são numeradas, e intituladas *Provérbios* ou *Exemplos*.

¹²⁰ § 88-138. Não obstante, dos cem provérbios anunciados, o texto oferece somente cinquenta.

¹²¹ “Informa tua vontade com a caridade”, *Livro dos Mil Provérbios*, XVIII, 1.

¹²² No original, “...qui ipsi matri suae multa impropertii et rusticitatis verba dicebat”; a tradução para o catalão coloca “...que omplia d’improperis la seva mare i la insultava grollerament” (“...que enchia de impropérios sua mãe e a insultava grosseiramente”). Contudo, optamos em preservar o termo original pois, em nossa língua, *rústico* refere-se ao que é rude, grosseiro, tosco, isto é, aquele que é inculto, incivil, descortês. Além disso, é importante preservar o conceito devido à própria importância que os medievais davam à idéia: “...pouco a pouco, um sentido pejorativo tomou conta do universo semântico que definia o homem da terra, especialmente as palavras *rusticus* – camponês, mas desde o século VI como sinônimo de ignorante, iletrado, em suma, a massa desprovida de cultura – e *villani* (vilão) – originalmente apenas o residente da *villa*, mas no século XIV já com o sentido de *fealdade moral*.” – COSTA, Ricardo da. “[Revoltas camponesas na Idade Média. 1358: a violência da Jacquerie na visão de Jean Froissart](#)”. In: CHEVITARESE, André (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2002, p. 97-115.

¹²³ Para o termo “curial”, veja a nota 53.

¹²⁴ Para os advogados medievais, ver COSTA, Ricardo da. “[Duas imprecizações medievais contra os advogados: as diatribes de São Bernardo de Claraval e Ramon Llull nas obras Da Consideração \(c. 1149-1152\) e O Livro das Maravilhas \(1288-1289\)](#)”. In: *Biblos*, Rio Grande, 21, 2007: p. 77-90.

¹²⁵ Em conformidade com o espírito apologético de seu tempo, o séc. XIII, em várias passagens de suas obras, o filósofo demonstra grande atenção à qualidade da pregação (por exemplo, *Blaquerna*, 18; *Fèlix*, 109) e dedica uma obra ao tema (*Liber de praedicatione*, de 1304). Um dos maiores especialistas no tema é Fernando Domínguez Reboiras.

¹²⁶ Na retórica cristã, o tema da *sabedoria* (com vários matizes – por exemplo, como sinônimo de *ciência*) é reiteradamente citado pelos escritores, desde Santo Agostinho (*Da Doutrina Cristã*, 4.5.7).

¹²⁷ Conceito aristotélico por excelência (*Ética a Nicômaco*, 1138b 20), o “juízo da reta razão” foi incorporado à teologia moral cristã, especialmente a partir de Tomás de Aquino (*Suma Teológica*, II-II, q.2, a.3).

¹²⁸ Para a diferença (a partir de Boécio) entre *eternidade* e *sempiternidade*, ver COSTA, Ricardo da. “[A Eternidade de Deus na filosofia de Ramon Llull \(1232-1316\)](#)”. In: *Mundos medievais: Espacios, Sociedades y Poder. Homenaje al Profesor José Ángel García de Cortázar*. Santander:PubliCan, Ediciones de la Universidad de Cantabria, D.L., 2012, tomo II, p. 1215-1227.